



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE LETRAS

Victor Henrique de Sena Leal Anacleto

CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DE PALAVRAS NO PORTUGUÊS:
análise de conceitos lexicais em gramáticas brasileiras contemporâneas

CAMPINA GRANDE
2023

VICTOR HENRIQUE DE SENA LEAL ANACLETO

CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DE PALAVRAS NO PORTUGUÊS:
análise de conceitos lexicais em gramáticas brasileiras contemporâneas

Monografia de conclusão de curso apresentada ao Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial à conclusão do curso.

Orientador: Prof. Dr. José Herbertt Neves Florencio

CAMPINA GRANDE
2023

A532c

Anacleto, Victor Henrique de Sena Leal.

Crêterios de classifica o de palavras no português : análise de conceitos lexicais em gramáticas brasileiras contemporâneas / Victor Henrique de Sena Leal Anacleto. - Campina Grande, 2023.

59 f. : il. color.

Monografia (Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2023.

"Orienta o: Prof. Dr. José Herbertt Neves Florencio."

Referências.

1. Léxico. 2. Gramáticas Brasileiras Contemporânea. 3. Classes de Palavra. 4. Crêterios de Classifica o. I. Florencio, José Herbertt Neves. II. Título.

CDU 81'373(043)

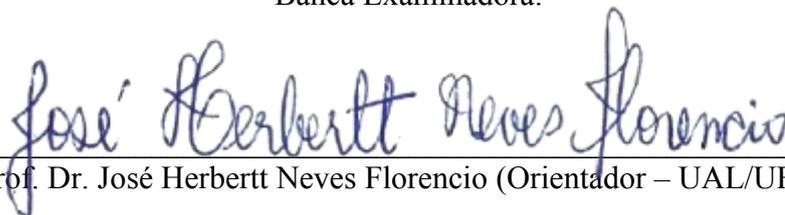
Victor Henrique de Sena Leal Anacleto

CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DE PALAVRAS NO PORTUGUÊS:
análise de conceitos lexicais em gramáticas brasileiras contemporâneas

Monografia de conclusão de curso apresentada ao Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial à conclusão do curso.

Aprovada em 13 de fevereiro de 2023.

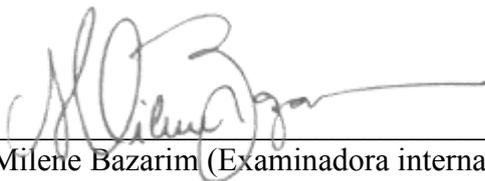
Banca Examinadora:



Prof. Dr. José Herbertt Neves Florencio (Orientador – UAL/UFCG)



Profª. Dra. Laura Dourado Loula Régis (Examinadora interna – UAL/UFCG)



Profª. Ma. Milene Bazarim (Examinadora interna – UAL/UFCG)

Dedico este trabalho a minha mãe, Luciene, que nunca mediu esforços para me garantir a educação.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me abençoar, me fortalecer e me presentear com uma vida fantástica.

A minha mãe, por ser meu porto seguro e meu alicerce; a ti agradeço por tudo que sou e que serei, és meu orgulho e meu aconchego.

A minhas tias, Nicinha, Graça, Lena, Socorro, Lúcia, Cleide e Édna, por serem minhas outras sete mães, cada uma contemplando uma qualidade que me faz amá-las.

A Pablo, por ser poesia, por fazer parte da minha vida e dos meus planos, por me amar em múltiplas linguagens.

A meus tios, Lulu e Nailton, por se fazerem presentes na minha vida.

A meu pai, por me amar da forma que sabe e por me fazer reconhecer isso.

A meu irmão, Vinícius, a quem tanto amo e, às vezes, não consigo dizer o quanto.

A minha irmã, por ser exemplo de que a educação muda vidas.

A Amanda, minha prima e irmã de coração, por ser minha confidente, por me ensinar a ser leve e sonhador.

A Adenis, Alan, Igor, Michelly, Danielly e Mikaelly, por serem primos presentes e incríveis.

A Fernanda, minha tia postiça (como ela diz), por se fazer presente e por fazer parte da família.

A Eliane, por ser um grande exemplo de amizade e estímulo para me lembrar onde quero chegar.

A meus avós, Antônio, Nevinha, Genaro e Mercês, por serem berços do meu amor. Seus frutos os fazem eternos.

A Lorena, por ser uma amiga incrível e por se fazer presente na minha vida.

A Lucas Dantas, por ser meu grande amigo e por sua paciência e serenidade.

A Deise, por ser um exemplo de como grandes rivais de infância podem se tornar grandes amigos.

A Gilvanda, por ser uma amiga incrível e presente.

A Silvana, minha professora da alfabetização, por ter me alfabetizado tão bem, com eficiência e humanidade.

A Ana Paula Clemente, minha professora do Fundamental, por ser a origem do meu interesse pela Língua Portuguesa e por ter me ensinado tão bem.

A Maria Angélica, por ter me dado a certeza de que eu queria me aprofundar nos estudos gramaticais.

A Milene Bazarim, por ter me apresentado ao meu objeto de estudo, por apontar capacidades que eu nem sabia que tinha e por me apresentar a Herbertt.

A Herbertt, por ser meu orientador de múltiplos programas acadêmicos, ser paciente, acreditar em mim, me direcionar tão bem, orientar com humanidade e ter se tornado um amigo.

A Júlia, Luíza, Milena e Kallyne, minhas grandes amigas, que foram luz e aconchego nesse percurso.

A Fábio, Juliana, Mirelly, Eduarda, Maria Fernanda, Elizandra, Laryssa, Ariane, Camilla e Raquel, por serem amigos para além da graduação.

A Luisa, Maria Aline, Ianna e Lucas Ribeiro, por terem segurado minhas mãos e fazerem não me sentir só.

Aos demais amigos e colegas de curso, por terem sido necessários na minha caminhada; nada seria a mesma coisa sem vocês.

A Dalila, por ter sido minha primeira orientadora, me ensinar a fazer pesquisa acadêmica, ser compreensiva, promover todas as partilhas e ter se tornado uma grande amiga.

Aos meus professores da graduação, em especial, Manassés, Maria Auxiliadora, Augusta, Aloísio, Ana Paula, Denise, Laura, Hélder e Edilson, por serem base de tudo que foi construído neste trabalho e além dele.

A Laura e Milene, mais uma vez, por aceitarem compor a banca examinadora da minha monografia e, desde já, pelas contribuições enriquecedoras.

Aos demais amigos e familiares; vocês fazem parte de quem eu sou, aprendi um pouco com todos.

A todos os funcionários de todas as instituições de ensino por onde passei; vocês também fazem parte da minha trajetória. Sem vocês, a educação não seria possível.

Ao ensino público de qualidade, por transformar a minha vida e a de tantos outros jovens.

A todos vocês, reitero meu imenso agradecimento.

Uma palavra posta fora do lugar estraga o pensamento mais bonito.
Voltaire

RESUMO

Nas gramáticas da língua portuguesa, o estudo das classes de palavra sempre se fez presente, com termos estabelecidos pela Tradição Gramatical ou mesmo pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). Com a existência de descrições contemporâneas do português, pressupõe-se que o objeto das classes de palavras também tenha sido descrito por uma nova abordagem nesses compêndios mais recentes. É necessário que um critério classificatório esteja relacionado ao objeto classificado e ao objetivo e necessidade da classificação, porém a categorização efetiva de todos os vocábulos perpassa os critérios morfológico, sintático e semântico, tradicionalmente utilizados na classificação na língua. Além disso, as classes de palavras do verbo, substantivo, adjetivo e advérbio (parcialmente) são chamadas de classes de unidades lexicais, o que indica que a classificação de palavras para essas classes ocorre concomitante com a expansão da língua portuguesa (classes abertas). A tentativa de contemplar os critérios de classificação nas descrições das classes ocorre, inevitavelmente, por meio de uma seleção de um campo teórico, o qual se torna evidente nas conceituações gerais da classe. Nesse contexto, buscamos analisar as apresentações dos conceitos iniciais das classes de palavra lexicais em gramáticas brasileiras contemporâneas (GBC). Para tanto, selecionamos as obras de Neves (2018), Azeredo (2018) e Bagno (2012) como amostragem de GBC para geração do *corpus*. Nesse intuito, consideramos contribuições teóricas relativas ao processo de gramatização da língua portuguesa, como Auroux (1992), Orlandi (2002) e Costa (2010), à história e construção da classificação de palavras, conforme Auroux (2009), Basilio (2019) e Bechara (2015), e aos critérios de classificação das palavras, como Seara, Nunes e Lazarotto-Volcão (2011), Gonçalves e Almeida (2008), Cruz (2014) e Sampaio (2015), entre outros. Metodologicamente, esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza documental, com finalidade descritiva e de método dedutivo (MASCARENHAS, 2018; MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010; BICUDO, 2011; GIL, 2008), bem como é um estudo pertencente à Linguística Teórica (PETTER, 2007). Em síntese, as definições das classes de palavra lexicais foram elaboradas a partir dos critérios morfológico, sintático e semântico, e o critério discursivo apresentou-se como abordagem metodológica até a conceituação inicial. Além disso, constatou-se que o advérbio foi a classe na qual os linguistas mais se distanciaram entre si no critério priorizado para conceituação. O trabalho aponta para uma identificação do critério textual-interativo nas conceituações das classes lexicais e para uma compreensão do tratamento inicialmente dado às classes em GBC escritas por linguistas.

Palavras-chave: Gramáticas brasileiras contemporâneas. Léxico. Classes de palavra. Critérios de classificação.

ABSTRACT

In grammars of the Portuguese language, the study of word classes has always been present, with terms established by the Grammatical Tradition or even by the Brazilian Grammatical Nomenclature (NGB). With the existence of contemporary descriptions of Portuguese, it is assumed that the object of word classes has also been described by a new approach in these more recent compendia. It is necessary for a classification criterion to be related to the classified object and to the objective and need for classification, but the effective categorization of all words permeates the morphological, syntactic and semantic criteria, traditionally used in classification in the language. Furthermore, the verb, noun, adjective and adverb word classes are (partially) called lexical unit classes, which indicates that the classification of words into these classes occurs concomitantly with the expansion of the Portuguese language (open classes). The attempt to contemplate the classification criteria in the class descriptions inevitably occurs through a selection of a theoretical field, which becomes evident in the general conceptualizations of the class. In this context, we seek to analyze the presentations of the initial concepts of lexical word classes in contemporary Brazilian grammars (CBG). For this purpose, we selected the works by Neves (2018), Azeredo (2018) and Bagno (2012) as a CBG sample to generate the corpus. To this end, we consider theoretical contributions related to the grammatization process of the Portuguese language, such as Auroux (1992), Orlandi (2002) and Costa (2010), to the history and construction of word classification, according to Auroux (2009), Basilio (2019) and Bechara (2015), and to word classification criteria, such as Seara, Nunes and Lazarotto-Volcão (2011), Gonçalves and Almeida (2008), Cruz (2014) and Sampaio (2015), among others. Methodologically, this is a research with a qualitative approach, of a documental nature, with a descriptive purpose and a deductive method (MASCARENHAS, 2018; MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010; BICUDO, 2011; GIL, 2008), as well as it is a study belonging to Theoretical Linguistics (PETTER, 2007). In summary, the definitions of the lexical word classes were elaborated from the morphological, syntactic and semantic criteria, and the discursive criterion was presented as a methodological approach until the initial conceptualization. In addition, it was found that the adverb was the class in which linguists were most distant from each other in the prioritized criterion for conceptualization. The work points to an identification of the textual-interactive criterion in the conceptualizations of lexical classes and to an understanding of the treatment initially given to classes in CBG written by linguists.

Keywords: Contemporary Brazilian grammars. Lexicon. Word classes. Classification criteria.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Critérios utilizados na conceituação inicial de verbo	42
Quadro 2 – Critérios utilizados na conceituação inicial de substantivo	47
Quadro 3 – Critérios utilizados na conceituação inicial de adjetivo	50
Quadro 4 – Critérios utilizados na conceituação inicial de advérbio	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

GBC – Gramática Brasileira Contemporânea

NGB – Nomenclatura Gramatical Brasileira

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
2	ASPECTOS METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO	17
2.1	Caracterização das gramáticas	17
2.2	Descrição dos procedimentos metodológicos e categorias de análise	20
2.3	Caracterização da pesquisa	22
3	CLASSIFICAÇÃO DE PALAVRAS NA DESCRIÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA	24
3.1	Gramatização da língua portuguesa	24
3.2	Classificação de palavras no português	27
3.2.1	História da classificação de palavras	27
3.2.2	Construção da classificação de palavras	28
3.2.3	Critérios de classificação das palavras	30
3.2.3.1	<i>Fonético-fonológico</i>	30
3.2.3.2	<i>Morfológico</i>	31
3.2.3.3	<i>Sintático</i>	33
3.2.3.4	<i>Semântico</i>	35
3.2.3.5	<i>Textual-interativo (discursivo/do uso)</i>	37
4	ANÁLISE DOS CONCEITOS INICIAIS DAS CLASSES LEXICAIS EM GRAMÁTICAS CONTEMPORÂNEAS BRASILEIRAS	40
4.1	Conceito de verbo	40
4.2	Conceito de substantivo	43
4.3	Conceito de adjetivo	47
4.4	Conceito de advérbio	51
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
	REFERÊNCIAS	57

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os estudos sobre a classificação de palavras provêm de um longo percurso diacrônico, no qual filósofos como Aristóteles (séc. I a. C.) e Dionísio da Trácia (séc. II a. C.), inicialmente, desenvolveram pesquisas sobre as “partes do discurso”. Após outros estudos da tradição grega, essas partes ampliaram-se de duas para oito, respectivamente: nome, verbo, conjunção, particípio, artigo, pronome, preposição e advérbio, como é mostrado por Neves (2005). Na tradição gramatical latina, segundo Biderman (1978), encontram-se outras possibilidades de classificação. Nesse cenário, em relação à divisão grega, a interjeição foi incluída em detrimento do artigo, enquanto, posteriormente, o particípio foi reduzido a uma subparte do verbo.

Dos pilares latinos de classificação de palavras, bem como de um longo percurso histórico de gramatização da Língua Portuguesa, ou seja, a descrição e instrumentalização da língua através de tecnologias, advieram as 10 classes de palavras atuais. A distinção dessas classes e o motivo pelo qual determinada palavra pertence a uma classe, e não a outra, demonstram a existência de elementos distintivos, que, por sua vez, são elaborados a partir de determinados critérios. Os antigos estudos gregos, ao partirem de uma lógica filosófica para um enfoque linguístico, passaram a descrever as “partes do discurso” por meio de critérios predominantemente morfológicos e sintáticos (NEVES, 2005). Em contrapartida, Pinilla (2009) afirma que é preciso analisar uma palavra além do seu comportamento sintático e morfológico, mas de acordo, também, com seus traços de significado.

Além desses três critérios para a classificação de palavras (morfológico, sintático e semântico), estabelecidos por Camara Jr. (2019)[1970] e retomados por Pinilla (2009), os avanços dos estudos funcionalistas sobre o texto sinalizam a insuficiência de critérios utilizados para definir o funcionamento da palavra apenas no nível da sentença. Logo, com o avanço dos estudos sociointeracionistas da linguagem, aspectos pragmáticos, como a situação discursiva e a intenção do falante, demonstram que os três critérios originais são insuficientes para analisar o comportamento de uma palavra, ou classe de palavras, na língua.

Da mesma forma como há critérios para classificação de palavras, há diferentes estratégias de estudo das classes. Pesquisadores dividem as 10 classes de diferentes formas, a depender do objetivo, como a distinção entre classes de palavra variáveis e invariáveis e classes de palavra lexicais e gramaticais, as quais, de forma mais restrita, são também denominadas de classes abertas e fechadas, respectivamente. Basilio (2019) destaca o papel das classes do substantivo, adjetivo, verbo e advérbio (classes de palavra lexicais) para a

formação de novas palavras. Com isso, essa distinção nos é particularmente importante, tendo em vista que as palavras lexicais assumem um papel de destaque na relação entre língua e contexto, um dos aspectos considerados para a organização desta pesquisa.

Como toda categorização é realizada a partir de um critério, não seria diferente com as classes de palavras da língua portuguesa. Há um motivo pelo qual determinada palavra é considerada como um substantivo e não um adjetivo, por exemplo. Porém, o que foi analisado primeiramente para fazer essa distinção pode diferir a depender do linguista que a realize. Nesse sentido, o conceito de uma classe de palavra sintetiza suas propriedades singulares, na medida em que também precisa garantir que os apontamentos não sejam confundidos com as características de outra categoria. Cada autor realiza, portanto, uma escolha de quais critérios priorizar para classificar alguma palavra.

Com o avanço dos estudos linguísticos no Brasil e com o surgimento de críticas direcionadas à gramática tradicional, alguns linguistas passaram a produzir gramáticas, o que introduziu a concepção de um novo paradigma de descrição da língua. Com isso, o processo de gramatização da Língua Portuguesa vem sendo reformulado no decorrer dos últimos anos, enquanto documentos do século XX ainda restringem a elaboração de compêndios gramaticais, como é o caso da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), de 1958, que impulsiona a adoção de termos específicos na produção de materiais de aprendizagem da língua.

No que concerne às produções de gramáticas contemporâneas por linguistas brasileiros, entre eles Neves (2018), Azeredo (2018) e Bagno (2012), uma das mudanças epistemológicas desenvolvidas é a consideração teórica do uso da língua pelo falante e das situações discursivas. Nesse contexto, o modo como os autores definem inicialmente determinada classe de palavra, logo no começo do capítulo destinado a ela, é importante para entender a forma como as classes de palavra estão sendo prioritariamente definidas na descrição linguística contemporânea.

A partir do desenvolvimento dos estudos linguísticos, bem como da compreensão de língua e, até mesmo, do objetivo de se construírem gramáticas no século XXI, foi possível perceber que as novas gramáticas publicadas produzidas por linguistas fazem parte de uma nova abordagem de descrição linguística (NEVES; CASSEB-GALVÃO, 2014). Nesse sentido, as classes de palavras, as quais têm diversas possibilidades de agrupamentos, são elementos linguísticos imprescindíveis nas gramáticas, tradicionais ou contemporâneas. Essa constatação não parte do que foi imposto pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), mas da essencialidade da compreensão do funcionamento da língua portuguesa.

As definições iniciais das classes de palavra servem de elemento norteador para compreender-se de maneira mais ampla o entendimento geral do teórico para aquela classe, pois, nelas, pode-se encontrar uma síntese dos aspectos mais importantes para a determinação da categoria. Devido à objetividade e à concisão com que são construídas, as definições introdutórias dos autores nos capítulos são utilizadas, inclusive, na elaboração de materiais didáticos e, conseqüentemente, no ensino da língua materna.

Diante do novo paradigma de descrição da língua portuguesa por meio de gramáticas brasileiras contemporâneas (GBC) escritas por linguistas e da tradicional classificação de palavras por meio de critérios morfológicos, sintáticos e semânticos, esta pesquisa vislumbrou a seguinte hipótese: nas GBC, há a priorização de critérios discursivos na elaboração das conceituações iniciais das classes de palavra lexicais. Todos esses fatores impulsionaram a formulação da seguinte questão-problema para esta monografia: *quais são os critérios utilizados por gramáticas brasileiras contemporâneas elaboradas por linguistas para apresentar os conceitos iniciais das classes de palavra lexicais?*

Para responder a essa questão, formulamos o seguinte objetivo geral: *compreender a proposta de definição inicial das classes lexicais do português em gramáticas brasileiras contemporâneas*. Para efetivação desse objetivo, será preciso, de maneira mais específica: a) identificar as definições iniciais de verbo, substantivo, adjetivo e advérbio em GBC; b) entender quais critérios foram utilizados para conceituação inicial das classes de palavra lexicais; e c) analisar a proposta geral de classificação de palavras em gramáticas brasileiras contemporâneas.

Para contemplar os objetivos estabelecidos, foram selecionadas três gramáticas brasileiras contemporâneas (GBC) como amostra do universo de gramáticas produzidas por linguistas no século XXI: *A Gramática do Português Revelada em Textos* (2018), de Maria Helena de Moura Neves (Editora da Unesp); *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa* (2018), de João Carlos de Azeredo (Editora Publifolha); e *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro* (2012), de Marcos Bagno (Editora Parábola). Os documentos foram escolhidos por proporem uma nova abordagem da descrição linguística, bem como serem produzidos por renomados linguistas, conhecidos pelas contribuições para os estudos linguísticos contemporâneos.

Assim, a presente pesquisa surge considerando a relevância das conceituações presentes nas gramáticas contemporâneas elaboradas por linguistas, pois são os documentos mais recentes de descrição da língua portuguesa. Ademais, visa ao preenchimento de uma

possível lacuna dos estudos das obras, pois resultados evidenciam o tratamento atual das classes de palavra lexicais.

Além desta introdução, organizamos a presente pesquisa em mais três seções. Na segunda, consta o nosso fazer metodológico, no qual descrevemos os meandros da pesquisa, trazendo a caracterização das gramáticas, a descrição dos procedimentos metodológicos e as categorias de análise, além da caracterização da pesquisa. Em seguida, há uma seção com fundamentação teórica, com reflexões em relação à gramatização da língua portuguesa e à classificação de palavras no português, em que são tecidas tanto contribuições teóricas sobre a história e construção da classificação de palavras como também os critérios para a efetuar. Logo após, há a seção de análise, na qual apresentamos os resultados da investigação dos critérios utilizados na apresentação inicial dos conceitos das classes de palavra lexicais. Por fim, trazemos nossas considerações finais.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO

Com o intuito de atingir seu objetivo geral, o presente trabalho foi pensado e produzido de forma sistemática, a fim de organizar as etapas da pesquisa de acordo com critérios que auxiliem na organização e análise do *corpus*. Com isso, a metodologia utilizada na construção da presente monografia segue a seguinte organização: 1º) caracterização das gramáticas; 2º) descrição dos procedimentos metodológicos e categorias de análise; e, por último, 3º) caracterização da pesquisa.

2.1 Caracterização das gramáticas

O século XXI, além de mudanças em todas as esferas da sociedade, também vem indicando um avanço na produção de gramáticas brasileiras, e, entre tantas publicações e reedições, a realização de uma pesquisa científica sobre o tema necessita ser composta de uma seleção coerente acerca de quais documentos serão analisados. Portanto, diante do objetivo de analisar conceituações iniciais de classes de palavra lexicais em gramáticas brasileiras contemporâneas escritas por autores linguistas, foram selecionadas três obras: (1) a *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa* (AZEREDO, 2018); (2) a *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro* (BAGNO, 2012); e (3) *A Gramática do Português Revelada em Textos* (NEVES, 2018).

A *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa* foi escrita pelo linguista José Carlos de Azeredo (UERJ). Ela teve sua primeira edição publicada em 2008, pelo Instituto Houaiss e pela editora Publifolha. Dez anos após seu lançamento, a obra consta em sua quarta edição. A gramática de Azeredo (2018) agora conta com 622 páginas e apresenta-se com o objetivo de incluir revisões e ampliações no seu conteúdo.

O sumário dessa obra expõe como ela está organizada, sendo, portanto, dividida em oito partes, as quais abarcam 22 capítulos. A primeira parte da gramática, que não tem título, inclui a sua apresentação e outros dois tópicos: *A gramática e seu estudo* e *A gramática no Brasil: subsídios históricos*. Em seguida, a segunda parte, intitulada *Uma Forma de Conhecimento, de Expressão e de Comunicação*, envolve os quatro primeiros capítulos da obra, que, respectivamente, são nomeados da seguinte forma: *Na fronteira do Universo Humano*; *O Conhecimento da Língua*; *Variação, Mudança e Unidade da Língua*; e *Linguagem, Discurso e Texto*.

A terceira parte, nomeada *Conhecimentos Básicos da Descrição Gramatical*, abarca dois capítulos, intitulados de, respectivamente, *A Dupla Articulação da Língua* e *Unidades e Categorias da Gramática*. Logo depois, a quarta parte, *Morfologia Flexional e Sintaxe*, apresenta nove capítulos, nomeados na seguinte ordem: *As Palavras: Classes, Variação e Significação*; *O Período Simples I: A Predicação e as Categorias do Verbo*; *O Período Simples II: Tipologia Sintática do Verbo*; *O Sintagma Nominal*; *O Sintagma Adjetivo*; *Vozes do Verbo e Questões Correlatas*; *O Advérbio e o Sintagma Adverbial*; *O Período Composto*; e *Articulação Textual dos Tempos e Modos do Verbo*.

A quinta parte, intitulada *A Estruturação Sonora*, contém um único capítulo: *Fonética e Fonologia*. Posteriormente, a sexta parte, chamada *O Léxico: Formação e Significação das Palavras*, abarca cinco capítulos, nomeados, respectivamente, de: *O Léxico Português*; *O Significado Lexical: Conceitos Básicos*; *Relações Semânticas no Léxico: Traços Semânticos e Relações de Sentido*; *Relações Morfossemânticas no Léxico I: A Composição*; e *Relações Morfossemânticas no Léxico II: A Derivação*. Logo depois, a sétima parte, intitulada *A Língua e seus Usos Expressivos*, envolve um único capítulo, chamado *Estilística*. Por fim, a oitava e última parte, intitulada de *Apêndices*, não inclui capítulos, mas tópicos nomeados da seguinte forma: *Pontuação*; *Crase*; e *Português Brasileiro: um tema e alguma polêmica*. A gramática finaliza com as bibliografias I e II, além dos índices remissivo e onomástico.

A segunda obra que constitui o campo de investigação da presente pesquisa científica é a *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, que teve sua única edição publicada em 2012, pela editora Parábola. Essa gramática, composta de 1053 páginas, foi escrita pelo linguista brasileiro Marcos Bagno (UnB), o qual também escreveu a *Gramática de Bolso do Português Brasileiro* (2013). A obra é organizada em cinco livros, diante do que já expõe sua sumarização, que são precedidos por uma introdução, intitulada *Gramática, a quem será que se destina?*.

O primeiro livro, chamado *Epistemologia do Português Brasileiro*, tem três tópicos intitulados, respectivamente, *A caverna implodida - por uma concepção não-platônica de língua*; *O devaneio da língua primitiva - colonialismo, racismo e preconceito linguístico*; e *De língua materna a língua paterna*. Em seguida, o segundo livro, nomeado *História do Português Brasileiro*, envolve outros três tópicos chamados, nessa ordem, *Nada Será como antes - a mudança linguística*; *Do galego ao brasileiro - história da nossa língua*; e *Raízes desterradas - formação do léxico portugalego*.

O terceiro livro da obra, nomeado *Multimídia do Português Brasileiro*, abarca dois tópicos intitulados, respectivamente, *Os sons e os séculos - fonologia da nossa língua*; e

Ruídos e rabiscos - língua falada e língua escrita. Posteriormente, o quarto livro, intitulado *Lexicogramática do Português Brasileiro*, envolve doze tópicos nomeados na seguinte ordem: *Um presente de grego - história das classes*; *Universais e Brasileiros - conceitos importantes para entender a gramática*; *As palavras, as coisas e as não coisas - características lexicogramaticais do português brasileiro*; *No princípio era... - o verbo*; *Uma rosa é uma rosa é uma rosa - os nomes*; *Entre dois amores - os verbinominais*; *Questões pessoais - os índices de pessoa*; *De monstros e demonstrações - os mostrativos*; *Todos, alguns, nenhum - os quantificadores*; *Sempre cabe mais um - os advérbios*; *Pequenas notáveis - as preposições*; e *Os nós e os nexos - as conjunções e companhia ilimitada*.

O último livro, intitulado *Didática do Português Brasileiro*, finaliza essa divisão com dois capítulos nomeados, respectivamente, *Errei, sim - a hipercorreção e suas consequências*; e *O que (não) ensinar na escola - por uma educação linguística realista*. Por fim, a gramática é concluída com a apresentação da bibliografia e dos índices de assunto, de nomes e geral.

A terceira e última obra abordada nesta monografia é *A Gramática do Português Revelada em Textos*, a qual teve sua primeira e única edição publicada em 2018 pela editora Unesp, composta de 1394 páginas. Além disso, a obra foi escrita pela linguista Maria Helena de Moura Neves, que também escreveu outra gramática, a *Gramática de Usos do Português* (2011), publicada pela mesma editora da obra de 2018.

A primeira parte da obra chama-se *Noções Básicas* e contém quatro tópicos nomeados, respectivamente, de *Linguagem e Metalinguagem*; *Classes e Unidades*; *Funções e Processos*; e *Uso, Norma(s) e Variação Linguística*. Aqui, são apresentados os pressupostos teóricos da obra. Em seguida, a segunda parte, nomeada *Classes e Funções*, envolve 27 tópicos, intitulados, nessa ordem, *verbo / predicado*; *substantivo / sintagma nominal*; *adjetivo / sintagma adjetivo*; *advérbio / sintagmas adverbiais*; *artigo definido*; *artigo indefinido*; *pronomes pessoais*; *pronomes possessivos*; *pronomes demonstrativos*; *pronomes indefinidos*; *pronomes relativos / orações subordinadas adjetivas*; *numerais*; *preposições*.

A segunda parte continua com os títulos seguintes: *coordenação / conjunções coordenativas / orações coordenadas*; *conjunções subordinativas adverbiais temporais / orações subordinadas adverbiais temporais*; *conjunções subordinativas adverbiais causais / orações subordinadas adverbiais causais*; *conjunções subordinativas adverbiais condicionais / orações subordinadas adverbiais condicionais*; *conjunções subordinativas adverbiais concessivas / orações subordinadas adverbiais concessivas*; *conjunções subordinativas adverbiais consecutivas / orações subordinadas adverbiais consecutivas*; *conjunções subordinativas adverbiais finais / orações subordinadas adverbiais finais*; *conjunções*

subordinativas adverbiais comparativas / orações subordinadas adverbiais comparativas; conjunções subordinativas adverbiais conformativas / orações subordinadas adverbiais conformativas; conjunções subordinativas adverbiais proporcionais / orações subordinadas adverbiais proporcionais; conjunções subordinativas adverbiais modais / orações subordinadas adverbiais modais; conjunções integrantes / orações subordinadas substantivas; interjeição; e, por fim, figuras de linguagem.

A terceira e última parte da gramática de Neves (2018) é chamada *Para consulta* e tem cinco tópicos organizados sob a seguinte ordem: *gênero e número dos substantivos; sintaxe do verbo; a conjugação verbal; adjetivos e locuções adjetivas; e derivação prefixal*. Por fim, nas últimas páginas da obra, há o glossário, as referências bibliográficas, as obras examinadas e o índice remissivo.

Dessa forma, delineadas as obras, compreende-se que a presente pesquisa analisou aspectos presentes nas três gramáticas escritas por autores linguistas nos últimos anos, com a seleção de três obras em meio a um universo de tantas outras publicadas. Assim, informada a composição do campo de investigação da presente monografia, parte-se, portanto, para a descrição dos procedimentos metodológicos utilizados na análise das obras citadas.

2.2 Descrição dos procedimentos metodológicos e categorias de análise

Nas gramáticas selecionadas, as sessões destinadas ao estudo específico das classes de palavra lexicais foram o foco de análise, pois buscou-se investigar as classes com inventário aberto para expansão da língua. As classes de substantivos, adjetivos, verbos e advérbios foram, então, as selecionadas. Ao serem estudadas as seções das três gramáticas, a presente pesquisa seguiu dois caminhos: identificar o primeiro momento do texto em que a classe é definida e detectar outras definições ao decorrer da seção.

A presente pesquisa centra sua análise nas apresentações iniciais dos conceitos das classes de palavra lexicais (substantivo, adjetivo, verbo e advérbio) encontrados nas GBC selecionadas. Embora Antunes (2012) considere, de forma geral, a classe do advérbio como parte das unidades gramaticais, a autora concorda que a classe também abarca palavras oriundas de unidades lexicais, o que fomenta a análise da presente pesquisa em torno da conceituação da classe.

A pesquisa seguiu um caminho para encontrar a conceituação dos linguistas, compreendê-la e analisar quais critérios de classificação o autor prioriza para constituí-la. Para tanto, estabelecido que as categorias de análise são as definições das classes de palavra

lexicais nas GBC, é necessário ressaltar o que a presente pesquisa compreende como uma conceituação.

Pensar sobre o que seria “conceito” é importante quando tratamos de definições e visões sobre análises linguísticas. Do ponto de vista etimológico, a origem da palavra “conceito” vem do latim *conceptus*, do verbo *concipere*, significando “coisa concebida” ou “coisa formada na mente” (FERRATER-MORA, 2004 *apud* MACULAN; LIMA, 2017). É, na sua origem, um termo com caráter subjetivo, pois algo formado na mente de um indivíduo engloba múltiplas possibilidades de definição, dada a complexidade dos seres humanos.

Os conceitos poderiam representar ideias, essências e exemplos factíveis a partir da existência de seres e coisas. Outra definição factível ao nosso entender é de que “conceito é a formação, depositada na memória, como um resultado de associações de percepções – puras ou compostas – realizadas somente dentro da memória” (ARBOIT; GUIMARÃES, 2013, p. 5). Com isso, de certa forma, podemos notar “conceito” como uma definição particular de indivíduos que têm contato direto com um elemento, seja ele abstrato ou concreto.

Conceituar é, portanto, afirmar, de forma direta e evidente, o que a classe de palavras representa. O conceito de cada classe é elaborado a partir da abordagem teórica de cada autor. Nesse sentido, a caracterização indireta, por meio de eliminação ou exemplificação, não será considerada como um conceito da classe, bem como as definições das subclasses das categorias. Necessita-se, portanto, compreender como a pesquisa é caracterizada.

2.3 Caracterização da pesquisa

De acordo com as definições de Mascarenhas (2018), Motta-Roth e Hendges (2010), Bicudo (2011) e Gil (2008), a presente pesquisa caracteriza-se como de abordagem qualitativa, de natureza documental, com finalidade descritiva e de método dedutivo. Conforme Petter (2007), o estudo também pertence à Linguística Teórica. Nesse sentido, é necessário entender como a pesquisa assume essas características.

Em uma pesquisa qualitativa, preza-se por um aprofundamento relativo na exploração de dados a fim de se obterem reflexões a partir dos objetivos propostos (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010). Além disso, pesquisas qualitativas têm em vista um ou mais objetos contáveis e mensuráveis (BICUDO, 2011). Dito isso, a presente pesquisa apresenta-se como qualitativa porque pretende descrever o objeto de estudo com profundidade, nesse caso, as conceituações iniciais de classes de palavra lexicais presentes em gramáticas brasileiras

contemporâneas (GBC) produzidas por linguistas, com objetivos predefinidos e delimitados. Neste caso, a investigação dos critérios de classificação de palavras utilizados.

Além disso, quanto a seus objetivos, é uma pesquisa descritiva, cuja característica é a descrição de dados sem o aprofundamento ou interferência do pesquisador (GIL, 2008) na modificação dos dados coletados, por isso consideramos um aprofundamento relativo, como dito anteriormente. Nesse sentido, o estudo tem por objetivo buscar descrever o fenômeno de definição das classes mencionadas, bem como fazer relações entre as diferentes conceituações analisadas e os critérios selecionados para elaborá-las.

É esta também uma pesquisa documental, pois trabalhamos diretamente com gramáticas. Segundo Gil (2008), pesquisas documentais podem trabalhar com textos que nunca receberam tratamento ou que receberão uma nova visão a partir de determinada análise. Consideramos ser este o caso da presente pesquisa, em que buscamos novos olhares para as gramáticas em questão, sob os objetivos propostos, não descartando quaisquer discussões prévias sobre reflexões aqui postas.

No que se refere à análise da presente pesquisa, “o método dedutivo parte de um conhecimento geral para entender um conhecimento específico” (MASCARENHAS, 2018, p. 44). A pesquisa, portanto, parte do campo vasto das classes de palavras, os possíveis critérios para classificação e a abordagem proposta em gramáticas brasileiras contemporâneas (GBC) para, em seguida, analisar um recorte de três importantes GBC existentes, bem como seleciona as classes de palavra lexicais para se fazer um estudo da apresentação inicial dos conceitos.

Por fim, a presente pesquisa, segundo Petter (2007), faz parte do campo da Linguística Teórica, pois preocupa-se com a construção dos modelos teóricos analisados nas gramáticas selecionadas. Na análise, são descritas tanto as conceituações quanto seus objetivos, como também há o estudo das teorias e descrições conforme as concepções de critérios consideradas. Partimos, então, para a compreensão dos aportes teóricos que fundamentam esta pesquisa.

3 CLASSIFICAÇÃO DE PALAVRAS NA DESCRIÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

As gramáticas brasileiras contemporâneas produzidas por linguistas, campo investigado na presente pesquisa, são um recorte de um longo processo de gramatização da língua portuguesa. Por isso, o primeiro tópico desta seção aborda os aportes teóricos que descrevem o que é o movimento de gramatização da língua portuguesa e como culminou na escrita de GBC por linguistas. Tendo em vista a análise do *corpus* selecionado, isto é, as conceituações iniciais de classes de palavra lexicais, a presente seção também faz uma breve descrição da história e construção da classificação de palavras na língua portuguesa. Por fim, com o objetivo de compreender quais critérios são utilizados para as apresentações iniciais dos conceitos, há o apontamento teórico do que são os critérios fonético-fonológico, morfológico, sintático, semântico e discursivo, utilizados para a classificação.

3.1 Gramatização da língua portuguesa

A língua portuguesa tem um longo histórico de influências, mudanças e relações particulares com seus falantes. No que se refere à descrição da língua por meio da gramatização, Auroux (1992, p. 65) a define como um processo de descrição e instrumentalização da língua por meio de duas tecnologias: o dicionário e a gramática, sob aspectos sociais, políticos e culturais.

Em determinados momentos da história, esses elementos (a gramatização e os aspectos extralinguísticos) foram congruentes entre si, pois a história da língua perpassa pela cultura, assim como aspectos sociais. Logo, a descrição não é um processo simples e estático, mas que recebe influências da literatura, das invasões, explorações, colonizações, assim como aspectos mais contemporâneos, como a imprensa:

A invenção da imprensa possibilitou a difusão da cultura em largas proporções; e o nascimento de uma classe média de comerciantes estendeu os benefícios da educação a círculos cada vez mais amplos da sociedade e estimulou o estudo de modernas línguas estrangeiras (ROBINS, 1979, p. 78).

A partir do trecho anterior, notamos palavras-chave como cultura, educação e línguas estrangeiras modernas, evidenciando que um dos segmentos sociais por si só já exerce grande influência sobre os falantes de uma língua. No caso da imprensa, reitera-se que, até os dias atuais, podemos ter acesso a escritos do passado, os quais refletem parte da norma-padrão da

língua à época. Esse é um dos tipos de registro da língua. Quando falamos de descrição e estudos da língua, estamos falando, pois, da gramatização.

No português do Brasil, especificamente, temos como precursor o gramático Júlio Ribeiro (ORLANDI, 2002). No fim do século XIX, ele publicou a *Grammatica Portugueza* (1881), com várias republicações seguintes, dada a necessidade constante de atualização. Enquanto pioneiro no processo de gramatização do português brasileiro, Júlio Ribeiro foi importante para abrir portas para estudos linguísticos, que prescindiam de um trabalho do gênero (GUIMARÃES, 2004), levando a estudos em vários outros setores da língua. Outro aspecto relevante de sua obra foi o distanciamento do português de Portugal (GUIMARÃES, 1996), favorecendo o crescimento de estudos nacionais sobre os falantes locais. Essa compreensão contribuiu para que os estudos linguísticos contemporâneos abordassem o português brasileiro como língua dotada de particularidades.

Tendo em vista que, à época, o Brasil já tinha um confluente de muitas culturas regionais definidas, interação entre muitos povos de outros países, escravizados, nativos, colonizadores e imigrantes, assim como os filhos nascidos dessa convergência, a língua aqui falada já mostrava sinais de distanciamento do português de Portugal. Esse movimento de Júlio Ribeiro, ao deslocar a autoria de uma gramática para o território brasileiro, segundo Orlandi (2002, p. 157), desloca também “a autoridade de se dizer como é essa língua”. Dessa forma, consolidou um percurso que começara a ser traçado com maior força no Brasil, de maneira necessária para a compreensão da língua falada no país.

Em termos filológicos, em relação à gramatização no Brasil, Nascentes (1939) e Fávero (2006) apontam três períodos fundamentais para o avanço dos estudos na área: o primeiro, chamado de “embrionário”, é representado pela cultura brasileira de seu início até a publicação do *Compêndio da Gramática da Língua Nacional* (1835), de Antônio Álvares Pereira Coruja; o segundo é chamado de “empírico” e vai de 1835 a 1881, quando a gramática de Júlio Ribeiro citada anteriormente é lançada; o terceiro é denominado de “gramatical”, indo de 1881 a 1939, quando é fundada a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Dessa divisão, depreendemos que o processo de gramatização no Brasil foi imprescindível para alavancar os estudos linguísticos no país.

Compreendemos, assim, a gramatização como um processo de intercâmbio cultural, político e social (não exatamente de aspectos totalmente estanques em determinados momentos da história) por meio da língua. Com isso, observamos que, independentemente do período histórico no qual a sociedade se situa, estudar, observar, analisar e realizar quaisquer

outros procedimentos analíticos sobre o processo de gramatização é mais do que bem-vindo, é algo necessário.

Ainda assim, feitas as devidas considerações sobre a relevância do processo de gramatização, há de se ressaltar também que predomina um paradigma greco-latino desde o século XIX nos produtos derivados do processo de gramatização. A partir do momento em que o Brasil se torna uma República, adquirindo, assim, maior autonomia política, alguns segmentos continuaram perpassando pressupostos alicerçados nos estudos de Portugal, enquanto outros começaram a seguir o caminho de maior valorização local e de uma identidade própria de pesquisa. Logo, “em decorrência das distintas filiações doutrinárias e de acordo com o ponto de vista pedagógico dos gramáticos, não tardou para que houvesse uma enorme profusão de nomes diversificados nos compêndios gramaticais” (COSTA, 2010, p. 44). Assim, a variedade de estudos envolvendo a gramatização ganhou um caráter plural com o passar das décadas e a consolidação de um estado nacional no Brasil.

Por um lado, a tentativa de uma consolidação da língua nacional; por outro, uma busca pela padronização de “manuais” da língua, mais alicerçados nos estudos greco-latinos (ORLANDI, 2002). Mais recentemente, nas últimas décadas, começamos a notar autores e autoras que buscam caminhos contemporâneos em vertentes diferentes, mais focadas nos usos reais da língua e deixando para trás o foco no “erro” e na normatividade.

Essa visão de “erro”, de prescrição, seria basicamente representada pela gramática dita tradicional, escrita em grande parte por filósofos e estudiosos da língua a partir de uma perspectiva em que “se privilegia, embora sem exclusividade, a noção semântica” (BASILIO, 2000, p. 54), pois há o estudo hierárquico do impacto significativo de cada classe na estrutura oracional.

Com diversos gramáticos corroborando esse aspecto de gramática enquanto manual do português brasileiro, passamos décadas até que fosse possível observar gramáticas escritas por linguistas que se preocuparam com o funcionamento da língua, os usos reais, nos chamados trabalhos funcionalistas. Podemos citar, por esse viés, linguistas que se propõem a elaborar gramáticas para descrever a língua portuguesa, como Ataliba Castilho, (*Nova gramática do português brasileiro*, 2010), Marcos Bagno (*Gramática pedagógica do português brasileiro*, 2012), Maria Helena Moura Neves (*Gramática de usos do português*, 2011, e *A gramática do português revelada em textos*, 2018), José Carlos de Azeredo (*Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, 2008), Evanildo Bechara (“Moderna Gramática Portuguesa”, 2009) e Mário Alberto Perini (*Gramática do Português Brasileiro*, 2010, e *Gramática descritiva do Português Brasileiro*, 2016), entre outros.

Todos, de alguma forma, convergem com o estudo e descrição da língua de maneira funcional, a fim de trazer uma proposta que dialoga mais com o ensino e com falantes reais da língua no século XXI, embora cada autor tenha considerações teóricas particulares. O processo de classificação de palavras, por outro lado, tem sua própria origem e evolução, as quais são apresentadas a seguir.

3.2 Classificação de palavras no português

Questão fundamental nos estudos linguísticos, a classificação de palavras é fruto de debates e reflexões há centenas de anos. A divisão das palavras, há muito tempo, é realizada pela humanidade, e cada língua tem suas particularidades nessa tarefa. Em geral, o processo de classificação de palavras alterou-se muitas vezes no decorrer dos estudos linguísticos. Com isso, é necessário compreender melhor o percurso desse processo de classificação.

3.2.1 História da classificação de palavras

Estudiosos, desde Platão até Aristóteles, trazem reflexões filosóficas, filológicas e epilinguísticas sobre como as palavras podem ser agrupadas, sobre qual seria a função de cada uma dentro do grande funcionamento das línguas.

Os gregos, capitaneados por Platão, por um tempo tiveram nome e verbo como classes principais. Aristóteles, seu discípulo, acrescentou as conjunções. Dionísio da Trácia foi quem ampliou essa categorização, acrescentando os chamados particípio, artigo, pronome, preposição e advérbio. Assim chegamos ao português de Portugal e, dessa forma, foi herdado para o português brasileiro.

Segundo Orlandi (2002, p. 128), a língua portuguesa falada no Brasil é uma “historicização divergente” da língua falada em Portugal, o que requer um estudo mais específico para compreender seu funcionamento. Com isso, a invenção das classes de palavras foi fator imprescindível para uma maior compreensão sobre o funcionamento da língua e para o próprio uso das palavras (AUROUX, 2009), já que, conhecendo a função de um termo, o falante faz melhor uso dele.

Em relação a classificações, um marco importante na delimitação dessas divergências ocorreu a partir da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). Esse documento foi uma política linguística publicada a partir da Portaria Ministerial nº 36 de 28 de janeiro de 1959, que acabou por definir dez classes de palavras a serem consideradas no ensino de língua do

Brasil: substantivo, verbo, adjetivo, pronome, artigo, numeral, preposição, conjunção, interjeição e advérbio (BRASIL, 1959). Com isso, há mais de meio século, o estudo das classes de palavras tornou-se proeminente nas escolas brasileiras (FARACO, 2013) e ainda mais intensamente entre os gramáticos.

Como indica Perini (1996, p. 310), “Os critérios de classificação possíveis são infinitamente variados, e a seleção de critérios se faz em função dos objetivos da classificação. O mesmo conjunto de elementos será classificado diferentemente caso mudem os objetivos”. Ainda que haja um simbolismo linguístico grande por parte de um vocábulo escrito (SAPIR, 1954), motivando mudanças mais frequentes na oralidade, os critérios de classificação de palavras são variáveis e dependem da visão de “gramaticistas” sobre a língua.

Hoje, as categorias citadas são basicamente consagradas no ensino e em GTs, mas, como analisaremos nesta pesquisa, não são unanimidade, especialmente do ponto de vista funcional. Essas organizações configuram um sistema interno da língua, em que cada um de seus elementos tem valor a partir da relação da parte com o todo (ORLANDI, 1986), levando, portanto, a uma série de considerações sobre como cada elemento da língua deve ser observado. Portanto, é necessário aprofunda-se no modo como a classificação de palavras é construída.

3.2.2 Construção da classificação de palavras

Como afirma Antunes (2012), o léxico de uma língua pode ser definido como um grande repertório de palavras em constante alteração e disponível aos falantes. Dessa forma, a dinamicidade da língua portuguesa impõe que novas palavras sejam incorporadas ao léxico e, conseqüentemente, categorizadas dentre as dez classes de palavras existentes. Além de neologismos e empréstimos linguísticos, o processo de formação de palavras também advém de outros processos existentes na língua, como a derivação e composição. Com isso, durante a classificação de novas palavras, é necessária a compreensão do que diz respeito ao exterior e interior linguístico.

Os estudiosos costumam dividir as dez classes da língua portuguesa por diferentes agrupamentos, os quais podem auxiliar na construção das classificações ou podem ser descartados por outros pesquisadores. A exemplo das divisões, nota-se que Cunha e Cintra (2017) agrupam as classes entre as de morfemas gramaticais e as de morfemas lexicais, como também entre variáveis e invariáveis. Bechara (2015), por sua vez, divide as classes entre

lexemáticas, categoremáticas e morfemáticas. Tais divisões demonstram que há múltiplos agrupamentos das classes de palavras, cada um com sua finalidade teórica.

Embora os pesquisadores não convirjam exatamente na nomenclatura adotada, uma essência conceitual parece se manter: há classes com palavras que se referem ao mundo extralinguístico e outras que são ferramentas do próprio sistema da língua. Nesse sentido, Antunes (2012), ao imergir nas discussões sobre o léxico, propõe a distinção entre unidades do léxico (substantivos, adjetivos, verbos e alguns advérbios) e unidades da gramática (outros advérbios, preposições, conjunções, artigos, pronomes). Para a autora, tal divisão não constitui uma dicotomia inflexível e absoluta.

A construção da classificação de palavras e a dinamicidade da língua indicam que novas palavras, quando incorporadas ao uso da língua portuguesa, adentram às classes de unidades lexicais. No caso de alguns advérbios, é necessário que haja uma ponderação, pois a classe apresenta palavras formadas a partir de unidades do léxico, como “rapidamente” e “cuidadosamente”.

O processo de classificação de palavras na língua portuguesa mudou no decorrer dos estudos linguísticos. Alguns autores defendiam a existência de um número menor de classes que outros. Do mesmo modo, o motivo para que determinada palavra fosse categorizada como pertencente a uma classe, e não a outra, transformou-se ao decorrer dos estudos.

Desde a teoria das “partes do discurso”, havia a classificação dos vocábulos e a identificação das características específicas de cada parte. Dessa forma, qualquer processo de classificação impõe a existência de características distintivas, bem como critérios selecionados para elencar tais aspectos.

A existência de critérios se dá pela garantia de que, juntos, asseguram a categorização adequada de uma palavra à sua classe correspondente, como também funcionam sequencialmente, pois um segundo critério é recorrido quando o primeiro não oferece precisão para a classificação. Dessa forma, Basilio (2019) explicita que a classificação de palavras é uma tarefa que requer atenção.

Segundo Camara Jr. (2019)[1970], historicamente, pode-se perceber que a pluralidade de critérios de classificação de palavras culminou nas dez classes existentes atualmente na língua portuguesa. Assim, entende-se que a história da classificação das palavras é concomitante com o desenvolvimento de critérios que norteiam sua execução. Nota-se, então, que a classificação das palavras da língua portuguesa sob um único critério já foi o suficiente nos estudos linguísticos mais antigos, mas não o é nos mais recentes.

A existência de critérios de categorização é indispensável para além dos estudos da língua. Nesse sentido, a proposta de descrição da estrutura linguística é interdependente dos critérios para a classificação de palavras, pois, como observa Perini (2016), as afirmações referem-se a classes e não a palavras individualmente. Portanto, como não há classificação sem ao menos um critério, é indispensável que se compreendam os critérios, suas definições e seu papel na classificação de palavras na língua portuguesa, conforme discutido a seguir.

3.2.3 Critérios de classificação das palavras

Para Lopes e Moura (2012), é necessário que o critério classificatório esteja relacionado ao objeto classificado e ao objetivo e necessidade da classificação. Assim, um mesmo objeto pode ser classificado de diferentes formas a depender da concepção adotada pelo autor. Trata-se do mesmo fenômeno já abordado nesta pesquisa, o qual chamamos de conceituação de termos da língua. Por isso, torna-se necessário compreender cada um deles.

3.2.3.1 Fonético-fonológico

O primeiro critério que podemos apontar é o fonético-fonológico. Por fonologia, entendemos o estudo dos sons distintivos que envolvem a pronúncia nas línguas (SEARA; NUNES; LAZAROTTO-VOLCÃO, 2011), ou seja, a organização das línguas quanto a esse aspecto. Por fonética, compreendemos o estudo dos sons a partir da articulação para produzi-los (SEARA; NUNES; LAZAROTTO-VOLCÃO, 2011).

Sob esse aspecto, podemos compreender uma análise fonético-fonológica como sendo a observação e reflexão sobre aspectos formais entre fonemas e grafemas e também sobre os indivíduos e suas oralidades. Esse seria um dos motivos pelos quais “[...] classificamos palavras quanto à acentuação em átonas ou tônicas, e as tônicas em oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas” (BASILIO, 2019, p. 21), pois, na prática, estamos observando as palavras a partir das pronúncias convencionais de falantes de uma língua, mas também a partir da padronização das realizações fonológicas pelos dispositivos fonadores dos falantes.

Assim, tanto a padronização científica quanto a observação de aspectos sociais estariam presentes nas análises a partir deste critério. Vocábulos são, de fato, unidades fonológicas, definidas pela tonicidade e pela duração de “pausas potenciais”, segundo Basilio (2019). Considerar, então, a palavra enquanto um vocábulo fonológico é considerar seus

aspectos fonético-fonológicos e utilizar deste critério para classificação das palavras, fator de extrema relevância, já que uma língua só vive a partir de seus falantes.

O critério fonético-fonológico, por ser usado principalmente na classificação relativa à acentuação e tonicidade das sílabas, não é tão comum de ser encontrado na formulação de conceitos das 10 classes de palavras apontadas por Basilio (2019). A autora afirma que, convencionalmente, a noção de classes de palavras foi vinculada aos critérios morfológico, sintático e semântico. Contudo, na distinção de palavras nas quais a única diferença é a acentuação gráfica, como “análise” e “analise”, a acentuação da sílaba tônica contribui para a diferenciação dessas palavras enquanto substantivo e verbo, respectivamente. Portanto, percebe-se o papel do critério fonético-fonológico na constituição formal das palavras.

3.2.3.2 *Morfológico*

Como critério de classificação de palavras, a análise morfológica apresenta-se como uma vertente ainda recente enquanto disciplina linguística. Entre as décadas de 1960 e 1970, o aspecto morfológico, por um longo período, foi norteado por estudos do Estruturalismo Descritivista e da Teoria Gerativa (BASILIO, 1999). Contudo, foi com a ampliação dos estudos da linguística que o critério de classificação das palavras baseado na morfologia também começou a ser mais bem estudado no Brasil (BASILIO, 1999). Com isso, o ato de apresentar uma conceituação ao que seria o critério morfológico passou a ser mais um desafio aos estudiosos da língua.

Em uma primeira fase das tentativas de conceituação do critério morfológico, os estudos focalizaram na lexicalização e na nominalização. Frente a isso, conforme apresenta Basilio (1999), outras bases teóricas de conceituação e de realização de estudos morfológicos ainda se apresentam de forma tímida no Brasil, como as abordagens sociolinguísticas, funcionalistas, discursivas, de temas flexionais, aquisição da linguagem, Fonologia Lexical, entre outras.

Após essa breve apresentação do estabelecimento do critério morfológico enquanto classificação de palavras, Basilio (1999) apresenta que ele pode ser entendido tão somente como o conjunto de regras que compõem a definição de construções morfológicas possíveis para a estruturação das palavras, a “atribuição de palavras a diferentes classes, a partir de categorias gramaticais que apresentem assim como das características de variação de forma que se mostrem em conjunção com tais categorias” (BASILIO, 2000, p. 52). Nesse caso, em estruturas linguísticas de formação de palavras que apresentam ou não produtividade dentro

da própria língua, as análises de Condições de Produção ficariam a cargo de outras vertentes teóricas de estudos linguísticos.

Segundo Gonçalves e Almeida (2008), o critério de classificação de palavras morfológico tem como base de análise o “morfema”. Os morfemas constituem as formas mínimas da língua que são dotadas de significação, que não podem ser reduzidas sem que haja a perda ou prejuízo ao significado. Os morfemas também podem ser entendidos como as formas mínimas da língua que tenham função, por exemplo, no uso do “s” para designação do plural nas palavras. Isso seria mais observado em estudos morfológicos de base gerativista e estruturalista, segundo os autores.

Por meio dos vários morfemas existentes na língua, são constituídas relações entre a forma das palavras por fatores fonológicos e sintáticos junto a fatores semânticos. Assim, o critério morfológico atua como a combinação entre os morfemas para formação das palavras, bem como para sua classificação a partir da função e do sentido que atribui ao texto. Para Gonçalves e Almeida (2008), a morfologia traz a relação entre forma e significado das palavras. Todavia, os autores apontam que nem sempre a relação forma-significado é linear, visto que as formas podem apresentar inúmeros significados. Por exemplo, o português tem formas cobertas (ou vazias), como o singular e o masculino, em que o significado não está diretamente associado a uma forma.

Com isso, o desenvolvimento de uma consciência morfológica nos usuários da língua, ou seja, dos morfemas que compõem a Língua Portuguesa, permite a manipulação das formas de constituição das palavras. Como apresentam Guimarães e Mota (2016), os morfemas são divididos em radical e afixos. O radical traz o sentido básico das palavras, e o afixo divide-se em prefixo e sufixo, o que pode ser utilizado para alterar o sentido da palavra. Ademais, a palavra também pode ser formada por meio de derivação, a partir de uma palavra primitiva (ex: afeto - afetuoso). Logo, tais processos morfológicos permitem aos usuários e aos estudiosos uma gama de aspectos a serem analisados.

Segundo Gonçalves (2006), o critério de classificação de palavras morfológico apresenta-se predominantemente voltado aos casos de formação aglutinativa das palavras, todavia há casos não concatenados que podem ampliar o vocabulário do usuário ou expressar carga emocional. Frente a isso, por meio da Morfologia Prosódica, processos como a afixação não linear, encurtamento e a fusão de palavras também são analisados, o que se distancia, de certa forma, dos estudos tradicionais da morfologia, tida apenas como o encadeamento linear de morfemas e sintagmas.

No estudo desenvolvido pelo autor, é possível compreender como a análise de um critério morfológico auxilia na aquisição das propriedades da língua e em seu melhor entendimento. Assim, o critério morfológico considera a interposição dos morfemas e suas capacidades variadas, o que se centra, principalmente, nas possibilidades formais da palavra, independentemente de sua função com outros termos.

3.2.3.3 *Sintático*

A análise sintática, em muitos casos, é tida como a fase do ensino ou do estudo que mais necessita de esforços de aprendizagem e atenção, tanto por usuários da língua quanto por estudiosos. Em muitos casos, as classificações sintáticas utilizadas para estruturar a língua são observadas para além de aplicações práticas acerca do conhecimento sintático, da ampliação da capacidade de expressão oral e escrita. De acordo com Cruz (2014), em muitas análises, os nomes das classificações sintáticas acabam por ganhar mais atenção do que as propriedades possíveis que podem desempenhar no texto. Segundo o autor, uma verdadeira análise sintática deve contribuir para o reconhecimento e decomposição dos sintagmas que compõem as orações e de quais papéis os sintagmas desempenham nesta última.

Cruz (2014) utiliza-se da terminologia saussuriana para estabelecer, enfim, o que determina o termo sintagma nas análises sintáticas. Para o autor, o sintagma designa a combinação de elementos menores, como palavras, e unidades linguísticas maiores, como as frases e orações. Por exemplo, “a nossa vida” forma um sintagma, a partir de um artigo somado a um pronome possessivo e a um núcleo substantivo.

Com isso, a análise do critério sintático de classificação de palavras parte da possibilidade existente na língua de o usuário escolher formas linguísticas (como sílabas e palavras) e relacionar essas formas entre si para formar sintagmas. Da mesma forma, tem-se a possibilidade da combinação dos sintagmas para formação de frases e orações. Logo, a sintaxe se preocupa com a estrutura dos enunciados e as relações entre os termos.

O critério sintático é o estabelecimento de “tipos de significado com base para a atribuição de palavras a classes” (BASILIO, 2000, p. 50). Dessa forma, as escolhas de sintagmas para construção estrutural da frase são intituladas da construção do eixo paradigmático, enquanto as escolhas de sentidos que se pretendem produzir fazem parte da construção do eixo sintagmático (CRUZ, 2014).

A análise sintática, assim, utiliza-se de estruturas linguísticas básicas como a frase e a oração. A frase constitui-se de uma palavra ou estrutura linguística complexa que expressa

alguma situação. Já a oração é uma estrutura linguística ainda mais complexa, composta por um verbo, o que permite a análise sintática de seus termos. Ou seja, na análise sintática, tem-se um caminho que parte dos elementos mais simples da língua, como os morfemas, até chegar aos mais complexos, como as orações. Com isso, destaca Betoni (2008) que a análise sintática vai muito além de uma identificação classificatória ou mero reconhecimento de categorias, pois as situações linguísticas necessitam ser interpretadas, articuladas e justificadas em seus usos. O autor apresenta como geralmente as análises sintáticas eram desenvolvidas nos estudos da Gramática Tradicional.

Na Gramática Tradicional, a estrutura sintática é dividida em termos essenciais da oração, que são o sujeito e o predicado. De acordo com essa nomenclatura, o sujeito seria o ser do qual se diz algo, e o predicado seria justamente a informação dada. Ademais, o sujeito divide-se em simples (ex.: As rosas têm espinhos) ou composto (ex.: Ele e eu somos da mesma raça) e, quando não expresso, pode ser oculto ou indeterminado. Já em orações com verbos impessoais, a oração é considerada sem sujeito.

O predicado pode ser verbal, nominal ou verbo-nominal. O predicado verbal é aquele que apresenta maiores possibilidades para análise sintática, visto que a análise parte do verbo aos seus termos integrantes e acessórios. O predicado verbal tem como núcleo um verbo com função de acrescentar uma ideia nova ao sujeito. Pode ser intransitivo, quando tiver estrutura sintática completa e não precisar de complemento, ou transitivo, quando precisar de complemento (BETONI, 2008).

Não apenas por termos como sujeito e predicado a análise sintática é composta. Betoni (2008) apresenta também a existência de termos integrantes da oração, como os complementos verbais, o complemento nominal e o agente da passiva. Também há os termos acessórios, o adjunto adnominal, o adjunto adverbial e o aposto, que são termos linguísticos dispensáveis à estrutura sintática.

Por fim, faz-se importante destacar que o critério de análise sintática na classificação das palavras também precisa focar nas relações que as orações apresentam entre si. Assim, as orações podem ser organizadas como período simples (um verbo) e período composto (mais de um verbo). Ademais, a forma de organização dos termos nas orações também é importante, visto que as que se sucedem igualmente apresentam termos justapostos, sem que umas dependam sintaticamente das outras, são chamadas coordenadas, enquanto as orações que dependem sintaticamente de outras orações para ter estrutura sintática completa são chamadas subordinadas (BETONI, 2008).

Segundo Tescari Neto (2022), a utilização do critério sintático nas análises da língua é indicada, justamente, para o estudo das classes de palavras e funções sintáticas que os termos podem desempenhar. As classificações sintáticas formadas por meio dos estudos da Gramática Tradicional ainda são as mais utilizadas, seja por estudiosos em análises sintáticas, seja no ensino básico da língua. Classificações advindas das Teorias Gerativa (esquemas arbóreos) e Funcionalista ainda são minoritárias na aplicação de nomenclaturas nas análises sintáticas.

Ademais, como aponta Cruz (2014), uma palavra pode adquirir diversos significados nos textos justamente devido aos seus empregos sintáticos, posto que, nas relações sintáticas, são observadas as relações empregadas entre determinantes e modificadores. A partir disso, podem ser construídos sintagma adjetival, preposicionado, adverbial e até mesmo verbal, o que expressa a contribuição da morfossintaxe para análise sintática.

Para Peixoto Filho (2021), nesses casos, embora as flexões fiquem evidentes a partir dos morfemas alterados, é o ambiente sintático que rege a necessidade da flexão. Assim, o autor afirma que a morfossintaxe é “[...] o estudo das classes gramaticais considerando a organização sintática no período” (PEIXOTO FILHO, 2021, p. 29). Ponderamos, dessa forma, a existência de um critério morfossintático, que coaduna os níveis morfológico e sintático.

3.2.3.4 *Semântico*

O critério semântico de classificação das palavras representou para as gramáticas normativas desafios em sua conceituação. De acordo com Sampaio (2015), as gramáticas de Napoleão Mendes de Almeida (1960), Rocha Lima (1998), Evanildo Bechara (2001), Celso Pedro Luft (2002) e Celso Cunha & Lindley Cintra (2013) apresentam estudos semânticos que, em muitos casos, têm algumas inconsistências no processo classificatório.

De acordo com a autora, para análise do critério semântico, faz-se necessário conhecer as bases de justificação das contribuições semânticas. Por exemplo, faz-se relevante ter o conhecimento morfológico e semântico de que um substantivo abstrato deriva de um adjetivo ou de um verbo, ao expressar qualidades e ações, ao contrário do substantivo concreto. Assim, é comum a utilização e relação com outros critérios de classificação de palavras, nesse caso, o morfológico, para tecer considerações acerca da análise semântica.

O critério semântico pode ser enxergado também do “ponto de vista do universo biossocial que se incorpora na língua” (CAMARA JR., 2008. p. 77). De acordo com Basilio

(2000), “a gramática tradicional privilegia, embora sem exclusividade, a noção semântica” (BASILIO, 2000, p. 54).

Assim, a análise semântica geralmente é a mais utilizada para classificação das palavras (PINILLA, 2009). Por exemplo, no caso dos substantivos, a semântica é requerida para compreensão de conceitos como substantivo concreto, em que a explicação dada por muitos gramáticos é da nomenclatura dada a um ser que existe por si mesmo. Todavia, essa explicação, em muitos casos, pode gerar dúvidas, posto que, em exemplo dado por Sampaio (2015), a denominação dada a palavra “Deus” como um substantivo concreto que existe por si mesmo pode não ter o mesmo significado entre os diversos usuários da língua, o que a autora denominaria de uma semântica-cognitiva da palavra a partir da religiosidade. Já no caso dos substantivos abstratos, geralmente tem-se a definição de coisas imaginárias que não existiriam realmente, demonstrando uma certa inconsistência classificatória na Gramática Tradicional.

Sampaio (2015) tece algumas considerações acerca de como as análises semânticas são realizadas por gramáticas tradicionais do português brasileiro. Sobre a *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (1998), de Rocha Lima, destaca que há uma frequente conceituação semântica para os substantivos como palavras que nomeiam os seres, em classificação bem genérica, mas que também já passa a apresentar uma conceituação mais direta sobre os substantivos abstratos como os que designam qualidades, ações ou estados. Todavia, por meio da semântica, substantivos concretos e abstratos ainda podem continuar variando a depender do sentido que lhes são empregados.

Frente a isso, a autora lança mão das considerações trazidas por Bechara (2001), visto que o gramático atribui à semântica um olhar mais aprofundado ao observar a complexidade existente na classificação semântica em possibilidades de significado lexical, o categorial, o instrumental, o estrutural ou sintático e o ôntico. Para além disso, Sampaio (2015) também destaca as considerações de Perini (1998), para quem, devido a essa grande complexidade da análise semântica, é necessário selecionar algum traço a ser analisado, o mais relevante, e descartar os demais. Para o autor, visa-se a uma análise que utiliza a palavra e os termos de forma contextualizada e específica, pois, em outras aplicações, a mesma palavra pode designar variados sentidos.

Com isso, destaca-se uma nova forma de realização da análise semântica em que a palavra é analisada quando ela está contextualizada, e não isolada na língua, devido à gama de possibilidades semânticas. De acordo com Bregagnol (2012), os estudos linguísticos eram focados em análises morfossintáticas, deixando de lado estudos mais voltados ao significado das palavras e das frases. Todavia, denota-se que o desenvolvimento da competência

semântica é essencial à compreensão frasal e textual da língua, o que deveria ocupar um posto relevante nas análises linguísticas, sobretudo, nesse caso, relacionado aos critérios utilizados para classificação de palavras. Não seria possível, pois, classificar uma palavra sem conhecer qual o sentido que se quer exprimir, por exemplo, de ação, de qualidade, etc.

As gramáticas tradicionais abordam as relações semânticas voltadas a concepções lexicais (ou de sentido), como sinonímia, antonímia, homonímia e paronímia. Frente a isso, a maioria dos livros já apresentam um capítulo exclusivo para as considerações acerca da semântica, embora às vezes com inconsistências acerca das diferenciações com a estilística (que ficaria mais com as figuras de linguagem) (BREGAGNOL, 2012).

Bechara (1997, p. 340) conceitua semântica como “o estudo da significação dos vocábulos e das transformações de sentido por que estes mesmos vocábulos passam”. Com isso, e de acordo com o que apresenta Bregagnol (2012), a semântica apresentaria um plano diacrônico, em que o sentido é constituído ao longo do tempo, e um plano sincrônico, com análise das relações entre as palavras. No caso da sincronia, a análise semântica permite a observação de casos como as polissemias, homonímias, entre outros.

Entretanto, em muitos casos, as análises semânticas acabam relegadas a discussões de sincronia e diacronia e esquecem contribuições como as da semântica estruturalista, lexical pós-estruturalista, gerativista e cognitivista (BREGAGNOL, 2012). Para a autora, são nítidas as contribuições que a linguística trouxe às análises semânticas, sendo realizadas de uma forma mais minuciosa. Por exemplo, no caso da semântica sentencial, a preocupação dos estudiosos volta-se à análise do sentido da palavra de forma contextualizada, e não mais de forma isolada, como ocorria na Gramática Tradicional, que estava mais voltada à etimologia que à semântica em si.

Como afirma Basilio (2019), ao longo do tempo, a classificação de palavras passou a ser compreendida além dos critérios semânticos. Especialmente em gramáticas de uso escolar e majoritariamente entre estruturalistas, este tornou-se um critério preponderante, pois, “se a descrição pode ser feita por um único critério, qualquer outro critério é redundante e deve, portanto, ser evitado” (BASILIO, 2019, p. 22). Todavia, tampouco este passou a ser um critério menos relevante na classificação lexical das palavras.

3.3.3.5 *Textual-interativo (discursivo/do uso)*

Os estudos linguísticos sobre o critério discursivo de classificação de palavras apresentam-se embasados nas discussões sobre as semelhanças e discrepâncias entre forma,

função e sentido das palavras. Segundo Henrique (2015), as análises de classificação das palavras, embasadas nos estudos linguísticos da Gramática Tradicional, não estão embasadas em critérios claros, o que pode acarretar diversas dúvidas e problemas na classificação das palavras. Muitas gramáticas, por vezes, não diferenciam de forma clara quando estão utilizando critérios morfológicos ou de caráter funcional para analisar ou classificar determinado vocábulo.

Ademais, aponta o autor que a maioria dos critérios linguísticos de classificação de palavras geralmente utilizados, como o morfológico, sintático, semântico, não conseguem dar conta da classificação eficiente de todos os vocábulos, ressaltando a contribuição das novas teorias pragmático-discursivas para entender as lacunas deixadas pelas teorias anteriores.

É certo que as palavras são classificadas pelas funções que desempenham com base nas formas de que dispõem e na indicação de determinada significação. Inicialmente, a análise da palavra parte de um aspecto morfológico, depois para as relações das palavras entre si no processo sintático, e, por fim, tem-se a utilização do critério semântico para consolidação das diferenciações e semelhanças entre as palavras.

Ademais, Bechara (2009, p. 319), por exemplo, diz que a classe das conjunções “têm por missão reunir orações num mesmo enunciado”. Com isso, fica evidente que o critério utilizado pelo linguista para classificar a palavra parte para um critério funcional.

O critério textual-interativo, pois, considera a função comunicativa das palavras, como afirma Azeredo (2010). Com isso, esse critério aborda mais que os significados carregados pela palavra (critério semântico), mas como eles funcionam nas interações sociais, nos textos e nos discursos. Segundo Neves (2020), a concepção textual-interativa da língua defende que o sistema linguístico seja descrito de forma articulada ao sistema interacional, isto é, por meio do seu funcionamento comunicativo.

A palavra “coração”, por exemplo, é classificada como substantivo ao se considerarem todos os três critérios estabelecidos tradicionalmente: morfológico, sintático e semântico. Contudo, devido à vivacidade da língua portuguesa, nas interações sociais, essa palavra é utilizada em diversas situações e para diferentes propósitos. Atualmente, é possível encontrar enunciados tais como *João é muito coração*; nesse caso, a palavra ganha uma nova possibilidade de análise, na qual os três critérios mencionados não sustentam a complexidade do uso da palavra na sentença, pois “coração” assume o papel de adjetivo.

Situações como a mencionada anteriormente evidenciam possíveis análises desprendidas do estudo da palavra isolada, por meio seja dos seus traços de significado, seja da sua forma. Por fim, é importante salientar que, mesmo com a ampliação também para

análises discursivas como critério para classificação de palavras, ainda há palavras que, em determinadas situações, fogem a qualquer classificação.

Partimos, a seguir, para a análise dos critérios citados nas definições iniciais das classes de palavra lexicais em gramáticas brasileiras contemporâneas escritas por linguistas.

4 ANÁLISE DOS CONCEITOS INICIAIS DAS CLASSES LEXICAIS EM GRAMÁTICAS CONTEMPORÂNEAS BRASILEIRAS

A classificação de palavras entre as categorias existentes, bem como a alteração do modo de classificação no decorrer dos estudos linguísticos pressupõem a análise dos critérios prioritários de cada classe durante a classificação. Como indicado, são dez as categorias consolidadas tradicionalmente no português: substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição. Todavia, selecionamos, para esta análise, as quatro classes de palavra lexicais.

As classificações, como as que ocorrem nas gramáticas tradicionais e contemporâneas são norteadas por critérios específicos ao objetivo e êxito da classificação, conforme afirmam Basilio (2019), Camara Jr. (2019)[1970] e Lopes e Moura (2012). Com a proposta dos linguistas funcionalistas, ao descreverem a língua portuguesa nas gramáticas contemporâneas, a presente pesquisa averigua o tratamento dado às classes lexicais durante suas conceituações.

Para tal, esta seção analítica está organizada em quatro partes, cada uma correspondente a uma das classes estudadas: verbo, substantivo, adjetivo e advérbio. A análise dos conceitos iniciais das classes de palavra lexicais segue uma ordem predefinida. Nesse percurso, serão descritos tanto o conceito encontrado quanto o caminho percorrido para sua construção, buscando uma reflexão que ultrapasse a abstração dos conceitos e parta para uma abordagem mais aprofundada da visão dos autores trazidos.

4.1 Conceituação do verbo

A classe de palavra do verbo é a primeira apresentada nas gramáticas de Neves (2018) e Bagno (2012) e a sexta apresentada por Azeredo (2018). Em *A Gramática do Português Revelada em Textos*, a linguista e pesquisadora Maria Helena de Moura Neves organiza o capítulo “Verbo / Predicado”, no qual são tecidas as considerações acerca da classe do verbo. Como é proposto pelo título da obra, a autora inicia a apresentação da classe com um trecho do romance *Os jagunços*, de Afonso Arinos.

No trecho trazido, a autora destaca alguns verbos e, em seguida, os analisa. Neves (2018), então, afirma que os verbos destacados pertencem a diferentes tipos semânticos, o que significa dizer que expressam significados distintos, tais como ação, fenômeno e estado. Essa subdivisão é elaborada a partir do ponto de vista semântico, pois o que está sendo analisado

são as possibilidades significativas da classe. Por ora, a autora não adentra nos aspectos formais da classe do verbo.

Após classificar os verbos por unidades semânticas, Neves (2018) conceitua o verbo no tópico chamado *Introduzindo a noção de verbo. As categorias verbo e predicado*: “[...] o verbo é a classe de palavra voltada a constituir o núcleo do predicado da oração” (NEVES, 2018, p. 152). Embora antes tenha subsidiado a noção de verbo a partir do ponto de vista semântico, nota-se que a definição da autora é elaborada com um critério sintático.

Nota-se a utilização do critério sintático na formulação do conceito inicial de Neves (2018), pois a linguista aponta o papel da palavra nas orações, bem como sua relação com outros termos. Nesse sentido, a preocupação da autora em definir que o verbo faz parte do predicado, e não do sujeito, indica uma organização básica das orações. Além disso, a obra evidencia que a existência da oração implica na existência de um predicado, o qual, por sua vez, requer um verbo como núcleo.

Na *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, o linguista José Carlos de Azeredo define o verbo no capítulo designado para abarcar as principais considerações sobre a classe. Para o autor, “Do ponto de vista estritamente morfológico, verbo é a espécie de palavra que ocorre nos enunciados sob distintas formas (vocábulos morfossintáticos) para a expressão das categorias de tempo, aspecto, modo, número e pessoa” (AZEREDO, 2018, p. 192). A definição desse autor requer uma análise atenta, pois o linguista anuncia que sua definição é puramente morfológica. Entretanto, o conceito de Azeredo (2018), além de abordar o critério morfológico, indica considerações morfossintáticas, visto que as formas do verbo são regidas pela sua relação com outros termos da oração. Esse não é um critério desenvolvido pelo autor na definição, mas se faz presente ao inferir-se que se trata de um vocábulo morfossintático.

Ademais, na definição do linguista, destaca-se também o critério semântico, pois o autor cita categorias de significado dos verbos: “tempo, aspecto, modo, número e pessoa”. Portanto, o estudo da semântica dos verbos se faz presente nessa categorização, pois, além de atender nos aspectos formais, o estudo dos modos verbais, por exemplo, desde a tradição, considera aspectos significativos, como ordem, certeza e incerteza, para se referir aos modos imperativo, indicativo e subjuntivo, respectivamente. Azeredo (2018) continua a discussão sobre verbo e segue para tópicos relativos às conjugações verbais e às categorias de pessoa e número.

A escolha de Marcos Bagno, na *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro* (2012), ao iniciar as discussões das classes de palavra através do verbo, evidentemente não se dá por acaso. O linguista intitula o capítulo de verbo com *no princípio era... o verbo*, uma

intertextualidade explícita com um versículo bíblico com as mesmas palavras. Nesse sentido, o autor cita que as gramáticas tradicionais priorizam o substantivo para iniciar o estudo das classes, enquanto os estudos linguísticos contemporâneos abrem a investigação com o verbo.

Bagno (2012, p. 508) justifica sua priorização pela classe ao afirmar que “os verbos são o núcleo de todo e qualquer enunciado significativo”. Para o autor, a existência de verbos é imprescindível para a definição de sentença, o que também explicaria a impossibilidade de haver oração sem verbo. Nota-se, ainda, que o critério semântico também se insere na definição construída pelo autor, pois ele infere que um enunciado significativo sempre carregará como núcleo uma ideia de ação, estado ou evento.

O linguista continua as considerações sobre a classe por meio da etimologia da palavra “verbo”. Assim, Bagno (2012) aponta o termo como herança do latim, no qual é considerado “palavra divina”, e da gramática grega, ao ser chamado de *rhēma*. O autor desenvolve outras conceituações por meio de outros critérios de classificação, como o morfossintático e o discursivo. Contudo, sua definição inicial é pautada nos critérios semântico e sintático, pois busca apresentar a importância da classe em seu papel significativo nos enunciados.

Os critérios de classificação utilizados na conceituação inicial de verbo nas GBC podem ser visualizados no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - Critérios utilizados na conceituação inicial de verbo

GRAMÁTICAS	CRITÉRIOS UTILIZADOS
A Gramática do Português Revelada em Textos, de Neves (2018)	Sintático
Gramática Houaiss da Língua Portuguesa, de Azeredo (2018)	Morfológico e Semântico
Gramática Pedagógica do Português Brasileiro, de Bagno (2012)	Semântico

Fonte: o Autor (2023).

Em síntese, observa-se que os autores optam por caminhos distintos de abordagem da classe do verbo. Neves (2018) parte de considerações semânticas e conceitua o verbo com base no critério sintático, que acaba sendo uma definição norteadora para as discussões sucedem. Azeredo (2018) adianta seu conceito no primeiro período do tópico designado, bem como escolhe deixar evidente que a definição parte do critério morfológico, apesar de continuar a conceituação com o critério semântico. Por outro viés, Bagno (2012) define o

verbo semanticamente ao justificá-lo como prioridade para iniciar as discussões sobre as classes de palavra.

4.2 Conceituação do substantivo

Em *A gramática do português revelada em textos* (2018), Maria Helena de Moura Neves apresenta as discussões acerca do da classe do substantivo no capítulo “Substantivo / Sintagma Nominal”, o qual está alocado na segunda parte da gramática, chamada *Classes e funções*. O capítulo designado também é subdividido em outros quatro tópicos, nos quais os conceitos de substantivo são construídos predominantemente a partir de trechos de textos, como propõe o título da gramática. Essa é evidentemente uma abordagem diferente de outras gramáticas.

Ainda que seja comum as gramáticas utilizarem muitos exemplos, os textos geralmente tendem a resumir-se a sintagmas curtos, descolados de conversações reais. Observar essa abordagem a partir de fragmentos maiores de conversas pode ser um fator um tanto desafiador para o leitor, pois envolve a mobilização de conhecimentos analíticos que ultrapassam os limites da frase, porém é necessário pensar nos contextos de comunicação para além do campo frasal.

Retomando a configuração da gramática, o capítulo destacado é iniciado com a crônica *Comunicação*, de Luis Fernando Verissimo, a qual é utilizada por Neves (2018) para tecer considerações acerca do substantivo. Até haver uma conceituação geral do substantivo, a autora aponta propriedades da classe asseguradas pela exemplificação do texto de Verissimo. A linguista seleciona propriedades de um substantivo específico e, para isso, utiliza o critério semântico para análise inicial.

Em outros momentos da introdução do capítulo, há uma abordagem morfossintática do substantivo ao se observar sua flexão determinada pelo artigo, de forma geral. Em seguida, o substantivo é indicado como núcleo do sintagma nominal, consideração na qual é possível observar o critério sintático como base. Assim, Neves aborda predominantemente o critério semântico para tecer comentários acerca do exemplo abordado.

Outros gêneros textuais são utilizados para dar continuidade às discussões e, mais adiante, constrói-se a subclassificação entre substantivos comuns e próprios. Após o aprofundamento nessa dicotomia, no subtópico designado para tratá-la, encontra-se a primeira conceituação geral explicitada pela autora: “Os substantivos são usados, pois, para atribuir um

nome a uma entidade [...]” (NEVES, 2018, p. 230). Esse conceito é trazido para fundamentar as definições de substantivo comum e próprio, as quais surgem logo em seguida.

O primeiro conceito encontrado é construído a partir do critério semântico, que foi predominantemente contemplado nas discussões anteriores do capítulo. Observa-se que essa abordagem apresenta o substantivo como unidade significativa, mas especificamente na nomeação de uma entidade. A restrição conceitual se dá justamente porque a divisão dos substantivos entre comuns e próprios acontece pela análise dos significados de cada palavra, ou seja, o critério semântico é fator distintivo entre essas subclasses.

Como o objetivo da autora é partir para a distinção entre substantivos comuns e próprios, os critérios morfológico e sintático não justificariam tal divisão. Portanto, Neves constrói sua primeira conceituação de substantivo não somente para justificar as discussões seguintes, mas também como uma espécie de conclusão das discussões tecidas até então.

Embora a linguista traga a conceituação inicial de substantivo apenas no terceiro tópico, intitulado “As duas grandes subclasses de substantivo”, a nomenclatura do segundo tópico infere considerações. Em “A natureza do substantivo”, Neves preocupa-se em distinguir substantivos comuns e próprios no que se refere à significação. Portanto, o critério semântico se faz novamente presente.

Na *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, de 2018, José Carlos de Azeredo organiza as discussões sobre o substantivo na quarta de oito partes da gramática, denominada *Morfologia flexional e sintaxe*. O sétimo capítulo, chamado *As Palavras: Classes, Variação e Significação*, abarca a seção do substantivo.

Na seção correspondente, o autor inicia suas discussões a partir da definição de substantivo: “O substantivo é tradicionalmente identificado e definido como ‘palavra que dá nome aos seres em geral, reais ou imaginários’” (AZEREDO, 2018, p. 165). O conceito assemelha-se à afirmativa de Neves (2018) porque considera o papel designativo do substantivo, porém os caminhos escolhidos aqui são outros. Na apresentação conceitual de Azeredo (2018), o substantivo é tratado como a palavra que nomeia. O autor expõe que os seres nomeados podem ser reais ou imaginários e afirma que o tradicional conceito explicita um subconjunto da classe, a tradicional divisão entre substantivos concretos e substantivos abstratos ou, como o autor mesmo cita, os nomes “relativos a itens de existência autônoma” e os referentes a “conceitos que abstraímos das situações e dos eventos”.

Nota-se, no caminho organizado por Azeredo (2018), que foi priorizado o tratamento inicial de uma subclassificação diferente da escolhida por Neves (2018). Enquanto a autora inicia por uma subclassificação entre substantivos comuns e substantivos próprios, ele parte

da subcategorização nomeada, tradicionalmente, como substantivos concretos e abstratos. Embora o objetivo da presente pesquisa seja traçar uma análise acerca dos critérios utilizados na conceituação da classe, e não das suas subclassificações, percebe-se que, no caso de Neves (2018) e Azeredo (2018), os conceitos traçados orbitam a primeira subclassificação tratada no capítulo, de base semântica.

A abordagem do conceito também difere em ambas gramáticas analisadas, pois o conceito é apresentado imediatamente no começo do capítulo da obra de Azeredo (2018) e apenas no terceiro tópico do capítulo de Neves (2018). Além disso, Azeredo (2018) deixa claro que o conceito é tradicionalmente utilizado, porém o considera e desenvolve comentários acerca do substantivo enquanto recurso de rotulação.

O conceito apresentado na gramática de Azeredo (2018) é notoriamente construído com base no critério semântico de classificação das palavras, que também subjaz à natureza da subclassificação desenvolvida mais adiante. Tal definição não aborda os aspectos formais do substantivo, como sua flexão, nem sua relação com outros termos da sentença, mas centra-se nos traços de significado e no referente da palavra no mundo.

A gramática escrita pelo linguista Marcos Bagno, *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro* (2012), apresenta um caminho diferente na organização da seção de substantivo quando comparado aos percursos dos autores anteriores. Bagno (2012) traz as discussões acerca da classe do substantivo em um capítulo intitulado *Nomes*. Nele, o autor constrói tópicos que abordam a classe tanto dos substantivos quanto dos adjetivos, muitas vezes de forma simultânea. Como essa gramática apresenta um tópico chamado *Substantivo: conceito e definição* no capítulo *Nomes*, o qual notoriamente se propõe a apresentar o conceito pelo qual se interessa a presente pesquisa, vamos considerar apenas como conceito primário aquele que inaugura esse tópico. Portanto, a obra de Bagno (2012) inicia com uma revisão dos conceitos tradicionalmente estabelecidos acerca da classe do substantivo.

Bagno (2012) traz uma crítica à conceituação tradicional da classe do substantivo: “As definições tradicionais de substantivo são tão problemáticas quanto as de sujeito” (BAGNO, 2012, p. 694). Para isso, o autor revisa a definição encontrada na gramática de Cunha e Cintra (1985, p. 171), “Substantivo é a palavra que designamos ou nomeamos os seres em geral”, e analisa sua origem. Bagno (2012), portanto, indica que essa definição é problemática e, por isso, não se pode considerá-la como compactuada pelo autor.

Vale salientar que o conceito criticado por Bagno (2012) é construído a partir do critério semântico, pois destaca o papel designativo e nomeador do substantivo. Na sua análise, o autor critica a restrição com a palavra “seres”, contida no conceito. Embora o

tratamento do linguista inicie por uma crítica a uma definição tradicional, abordá-la na presente análise é essencial para reconhecer o caminho delineado no tópico da sua obra. Um verso da poeta americana Gertrude Stein (1874-1946) é, inclusive, considerado pelo autor como mais efetivo na explicação do substantivo: “Uma rosa é uma rosa é uma rosa”.

Ao traçar um adendo na teoria da referenciação, Bagno (2012) apresenta seu conceito inicial.

O substantivo é a palavra que nos permite fazer referência aos objetos do mundo real, do mundo virtual e do mundo mental. E essa referência se faz pela designação: os substantivos são os nomes que damos aos objetos desses mundos para que possamos nos referir a eles (BAGNO, 2012, p. 695).

Nota-se, a partir da conceituação apresentada pelo linguista, que o conceito é construído mediante o critério semântico. Desse modo, constata-se que sua crítica à definição tradicional apresentada não se dá pela escolha do critério utilizado na definição, mas pela limitação à nomeação de “seres”. Azeredo (2018), como foi visto, traz uma definição semelhante à criticada por Bagno (2012) e a desenvolve com uma especificação de seres reais e imaginários.

Entre a crítica às definições tradicionais de substantivo e a construção do seu próprio conceito, Bagno (2012) reflete acerca da noção de substância, a qual é desenvolvida nos tópicos anteriores ao de conceituação. O termo “substância” surge como ligado ao termo “substantivo” e é trazido pelo autor em comparação ao de “sujeito”. Portanto, Bagno (2012) estabelece uma reflexão gramatical sobre a relação entre substantivo e sujeito, uma vez que uma das funções sintáticas assumidas pelo substantivo é a de sujeito.

A relação explicitada pelo autor envolve o critério tanto sintático quanto discursivo, pois reflete não somente sobre as outras possíveis funções sintáticas do substantivo (objeto direto, objeto indireto, complemento oblíquo ou adjunto), mas também acerca do processo de gramaticalização até se tornar um advérbio. Essa análise se desprende do estudo do substantivo de maneira isolada. O autor aborda outros critérios durante suas discussões, principalmente quando tece os aspectos distintivos entre o substantivo e o adjetivo, porém são considerações que não fazem parte do tópico proposto para a conceituação.

O quadro a seguir sintetiza de forma efetiva os resultados adquiridos nesta análise. Nele, é possível identificar que a conceituação inicial da classe do substantivo é realizada sob o critério semântico em todas as três gramáticas analisadas. No Quadro 2, vemos a identificação dos critérios utilizados na conceituação inicial da classe.

Quadro 2 - Critérios utilizados na conceituação inicial de substantivo

GRAMÁTICAS	CRITÉRIOS UTILIZADOS
A Gramática do Português Revelada em Textos, de Neves (2018)	Critério Semântico
Gramática Houaiss da Língua Portuguesa, de Azeredo (2018)	Critérios Semântico
Gramática Pedagógica do Português Brasileiro, de Bagno (2012)	Critério Semântico

Fonte: o Autor (2023).

Em suma, todas as primeiras conceituações encontradas sobre a classe dos substantivos nas GBCs selecionadas são elaboradas a partir do critério semântico. Contudo, isso não significa que os outros critérios sejam ignorados ou dispensáveis pelos autores, pois, durante o desencadeamento das análises da classe, foi possível identificar outros critérios. Ademais, alguns autores também trouxeram conceituações posteriores, as quais perpassam o objetivo da presente pesquisa. Um último ponto de destaque é que, apesar de as três gramáticas trabalharem o critério semântico como inicial, o caminho e os destaques que elas elaboram seguem percursos distintos.

4.3 Conceituação do adjetivo

A classe do adjetivo é abordada por Neves (2018) no capítulo *Adjetivo/Sintagma Adjetivo*, mais especificamente no terceiro tópico, chamado *A natureza do adjetivo*: “Os adjetivos são usados [...] para atribuir uma propriedade singular ao elemento que é denominado por um substantivo” (NEVES, 2018, p. 283). Dessa forma, pode-se perceber que o critério semântico é utilizado na conceituação de Neves (2018). Nesse sentido, a noção de “propriedade singular” atribuída ao substantivo refere-se aos traços de significado carregados pela palavra, os quais não somente adicionam informações à entidade nomeada, mas também restringem seu significado.

Alguns caminhos precedem a definição trazida, pois o capítulo destinado à discussão da classe inicia com um trecho de um poema de Vicente de Carvalho, o qual é sucedido por uma análise dos versos. Após discernir sobre o papel das palavras presentes nas estrofes, Neves (2018) afirma que os adjetivos ali estão para “cumprir o seu papel na composição

descritiva dos enunciados, o papel de atribuição de propriedades a um substantivo” (NEVES, 2018, p. 280). Portanto, é trazida não só uma característica semântica da classe do adjetivo, mas também um entendimento discursivo acerca do adjetivo na descrição de enunciados.

No mesmo parágrafo, a linguista cita a capacidade de o adjetivo articular-se com o substantivo para a descrição dos enunciados. Essa afirmativa engloba as flexões sofridas pelo adjetivo para não ir de encontro à estabelecida pelo substantivo, o que evidencia o critério morfológico. Contudo, a articulação do adjetivo com o substantivo perpassa os aspectos formais, pois também interfere na alteração dos significados, isto é, dentro de uma linguagem estritamente literal, não seria efetiva a interposição do adjetivo “amorosa” ao substantivo “porta”, mesmo que haja uma articulação formal apropriada.

A partir da variedade de textos trazidos por Neves (2018), pertencentes a diversos gêneros textuais, é importante pontuar que esses não são trazidos de forma descontextualizada para fins somente de análise gramatical. No capítulo analisado, a autora não apenas tece comentários sobre os adjetivos encontrados nos textos, mas também oferece um entendimento sobre a obra da qual foi retirado o trecho analisado. Mais adiante, a linguista também cita o gênero crítica literária como exemplo no qual é bastante corriqueiro o uso de adjetivos. Essa consideração está na perspectiva de critério textual-interativo (discursivo), a qual foi sugerida anteriormente, bem como dialoga com a proposta de ampliação dos critérios de classificação realizada por Henrique (2015). Após a exposição dos gêneros em que são frequentes os adjetivos, Neves (2018) conceitua a classe, conforme a análise tecida anteriormente.

Na *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa* (2018), José Carlos de Azeredo conceitua o adjetivo no início do tópico designado à discussão da classe. Para o autor, “São adjetivos os lexemas que se empregam tipicamente para significar atributos ou propriedades dos seres e coisas nomeados pelos substantivos” (AZEREDO, 2018, p. 181). É importante, portanto, ressaltar o significado de “lexemas” para a análise do conceito. Para Antunes (2012), o lexema é a unidade do sistema lexical da língua, o que caracteriza as quatro classes de palavra analisadas na presente pesquisa.

Conforme também afirma Antunes (2012), unidades do léxico remetem a coisas e fenômenos do mundo. Essa compreensão indica que o conceito inicial, trazido por Azeredo (2018), considera o adjetivo como unidade que carrega significados e os atribui ao substantivo. Diante da definição do autor, percebe-se que o adjetivo é indicado como palavra que nomeia atributos e propriedades, enquanto o substantivo é trazido como palavra que nomeia as coisas ou seres aos quais os atributos e propriedades se referem.

Nota-se, então, que a definição de Azeredo (2018) é construída ao considerar os significados carregados pela palavra. No conceito inicial do tópico, não são considerados aspectos formais, como suas possíveis flexões, como também sua função típica na sentença, enquanto adjunto adnominal. O conceito do autor, contudo, tem como base o critério semântico, pois parte das contribuições da semântica lexical, como afirma Bechara (2001).

Azeredo (2018) estabelece seu conceito e o utiliza para justificar o espaço ocupado pelo adjetivo no discurso. Ele afirma que a presença do adjetivo “[...] sempre pressupõe um substantivo ou pronome substantivo ao qual esteja se referindo” (AZEREDO, 2018, p. 181). Aqui, o linguista se funda no critério discursivo e toca no critério sintático para construção dessa afirmativa. Em seguida, o autor discorre sobre as alterações mórnicas sofridas pelo adjetivo, alicerçado no critério morfológico. Azeredo (2018), portanto, passa a considerar outros critérios de classificação no desenvolvimento da discussão de adjetivo, mas apresenta o conceito pelo critério semântico.

Na *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro* (2012), Marcos Bagno, ao contrário do que fez com a classe do substantivo, não estabelece um tópico específico para a conceituação e definição do adjetivo, o que direciona a presente análise a averiguar seu conceito inicial no capítulo amplo chamado *Nomes*. O autor considera como nomes a classe tanto do substantivo quanto do adjetivo e, conseqüentemente, inicia o capítulo estabelecendo considerações simultâneas sobre ambas as classes de palavra.

O linguista inicia o capítulo com a distinção entre nomes e verbos de forma paralela à de substância e acidente, na qual substância é o que “está por baixo” e acidente é o que “cai para, na direção de”. Para Bagno (2012), essa dicotomia filosófica considera o adjetivo como acidente, junto aos verbos. Em seguida, o autor apresenta a primeira conceituação da classe: “Na tradição escolar, aprendemos que os adjetivos são as palavras que expressam as ‘qualidades’” (BAGNO, 2012, p. 665).

A primeira conceituação trazida por Bagno (2012) se refere à definição tradicional de adjetivo, a qual é utilizada pelo autor para apontar sua incompletude. Esse conceito é fundado no critério semântico, pois, ao se apontar que os adjetivos expressam qualidades, estão sendo observados os significados carregados pela palavra de forma isolada. O linguista, portanto, tece diversos exemplos para apontar que a definição tradicional não considera a flexibilidade dessas qualidades.

A flexibilidade do adjetivo é o que Bagno (2012) aponta como um dos motivos para Platão considerar essa classe como acidente, pois não se enquadra como uma substância, isto

é, aquilo que está por baixo e permanece. O autor, então, apresenta o primeiro conceito com o qual concorda inteiramente:

O adjetivo é, portanto, algo que se ‘lança ao lado’, que ‘se coloca junto de’ outra palavra. Trata-se, portanto, de um termo essencialmente *sintático*, que nos informa sobre a colocação dessas palavras na frase, ao passo que *subjectum* é um termo essencialmente *semântico*, pois nos informa sobre a natureza do ser que, na sentença, expressa uma *substância* (que pode ser corpórea ou incorpórea, real ou mental, etc.) (BAGNO, 2012, p. 666, grifos do autor).

No trecho observado, Bagno afirma que o adjetivo é uma palavra essencialmente sintática, isto é, faz parte da estrutura do enunciado e tem um papel na relação com outros termos. Embora tenha sido observado que o autor trouxe uma definição tradicional de adjetivo, constata-se que foi com o objetivo de desenvolver a definição, para que, parágrafos depois, construísse seu próprio conceito inicial de adjetivo. Com isso, o linguista construiu sua definição da classe do adjetivo no mesmo parágrafo em que se preocupou em definir substantivo, visto que, diante das discussões tecidas no início do capítulo, a existência da primeira subjaz a existência da segunda.

O Quadro 3, a seguir, mostra, de forma simplificada, os resultados obtidos no presente tópico analítico acerca dos critérios predominantes na conceituação inicial da classe de palavra do adjetivo.

Quadro 3 - Critérios utilizados na conceituação inicial de adjetivo

GRAMÁTICAS	CRITÉRIOS UTILIZADOS
A Gramática do Português Revelada em Textos, de Neves (2018)	Critério Semântico
Gramática Houaiss da Língua Portuguesa, de Azeredo (2018)	Critério Semântico
Gramática Pedagógica do Português Brasileiro, de Bagno (2012)	Critério Sintático

Fonte: o Autor (2023).

Em síntese, é possível observar que, nas gramáticas de Neves (2018) e Azeredo (2018), a classe de palavra do adjetivo é conceituada inicialmente a partir do critério semântico, embora as apresentações dos capítulos designados tragam contribuições de outros

critérios para fundar as discussões. Além disso, Bagno (2012) também envolve outros critérios de classificação no desenvolvimento das considerações, bem como também traz uma definição semântica da classe. Contudo, o autor utiliza essa conceituação para trilhar caminho para sua definição, a qual prioriza o critério sintático para conceituação de adjetivo.

4.4 Conceituação do advérbio

No que concerne à classe de palavra do advérbio, Maria Helena de Moura Neves, em *A Gramática do Português Revelada em Textos* (2018), apresenta o capítulo *Advérbios / Sintagmas Adverbiais*, no qual estabelece suas discussões sobre a classe. Como foi possível perceber nos tópicos de análise anteriores, Neves (2018) analisa as classes de palavras a partir de uma abordagem textual, o que também é feito no capítulo referente ao advérbio.

Desta vez, a linguista traz um trecho de um romance de Coelho Neto, do qual a autora destaca algumas palavras para comentar em seguida. São apontadas as indicações de significado atribuídas pelos termos destacados: intensificação, modo de processamento, causa, companhia, verificação, localização espacial e localização temporal. Dessa forma, Neves (2018) afirma que essas mesmas indicações poderiam ser efetuadas a partir de orações adverbiais.

Nessa apresentação, primeiramente, observa-se uma abordagem discursiva, pela observação da frequência de advérbios em textos que fazem relatos de fatos. Em seguida, o critério semântico subsidia as categorizações dos significados atribuídos pelos advérbios encontrados no trecho do romance, ou seja, os termos são selecionados e separados conforme o significado carregado. Ademais, há uma consideração sintática das palavras observadas, pois o advérbio é apontado como termo interno da oração.

No tópico *Introduzindo a noção de advérbio*, Neves (2018) desenvolve as considerações acerca do papel do advérbio nas orações. Para ela, sem alguns dos sintagmas adverbiais destacados, as orações continuariam regularmente construídas, ou seja, estariam estruturalmente aceitáveis, porém perderiam as noções significativas trazidas pelos advérbios. Diante disso, é possível perceber que a primazia do advérbio está no significado atribuído a outro elemento da oração.

Mais adiante, a linguista diz que algumas indicações adverbiais “[...] não constituem peças imprescindíveis à sintaxe da oração” (NEVES, 2018, p. 347), pois são acessórios (adjuntos) e não complementos. Em seguida, afirma que outras indicações adverbiais se comportam como integrantes e, sem elas, haveria um comprometimento sintático na estrutura

das orações. Neves (2018) constitui, portanto, sua distinção de adjunto adverbial e de complemento adverbial, na qual o principal fator distintivo é o critério sintático.

As discussões sobre advérbio avançam para a identificação do núcleo do adjunto adverbial, o qual, diante dos exemplos trazidos por Neves (2018), pode ser um adjetivo, um verbo ou, até mesmo, uma oração. A linguista também reflete sobre situações nas quais o adjunto adverbial não altera o significado do seu núcleo, o que explicita uma heterogeneidade da classe.

A notória conceituação de advérbio surge no terceiro tópico, intitulado *A natureza do advérbio / adjunto adverbial*, no qual a autora afirma que existem diversos pontos de partida para a definição da classe. Nesse sentido, dois tópicos são postos para a definição, ambos fundados em critérios tradicionalmente apontados como formais. A primeira definição, aquela pela qual a presente análise está centrada, parte do ponto de vista morfológico.

Para Neves (2018, p. 350), “o advérbio é uma palavra invariável (em gênero e número)”, ou seja, a classe de palavra do advérbio abarca palavras que formalmente não estão passivas de sofrerem flexões. Essa característica da classe envolve tanto as palavras oriundas de unidades lexicais quanto aquelas consideradas propriamente como unidades gramaticais. Portanto, o critério morfológico subjaz essa definição, pois observa as capacidades formas da palavra enquanto termo isolado.

A linguista preocupa-se em descrever o processo de sufixação dos advérbios e ressaltar sua função de intensificador do significado do advérbio. Um conceito fundado no critério sintático é trazido posteriormente, o que aponta para um desenvolvimento das considerações sobre advérbio no decorrer do capítulo. Portanto, observa-se que vários critérios são utilizados por Neves (2018) para desencadear suas reflexões acerca da classe analisada, mas o critério morfológico é escolhido como ponto de partida para sua primeira conceituação.

Na *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa* (2018), José Carlos de Azeredo organiza a seção de advérbio dentro do tópico chamado *Classes invariáveis*. O autor define advérbio na apresentação do tópico, antes mesmo de adentrar na seção específica da classe. Para ele, advérbio é a “[...] palavra invariável que se emprega sem restrição combinatória e eventualmente ocupa posição fixa ou exerce função conectiva” (AZEREDO, 2018, p. 206). Perante o conceito inicial, constata-se que foi produzido sob os critérios morfológico, ao tratar a palavra como invariável, e sintático, ao apontar sua posição e função com outras palavras ou orações. O próprio título do tópico mais geral (classes invariáveis) já indica a primazia do morfológico na classificação.

No que se refere à apresentação inicial do advérbio na seção designada a sua discussão, o autor inicia afirmando que tanto a classe referida quanto a classe da preposição, que é abordada posteriormente, são imprescindíveis na “organização e expressão dos conceitos de espaço e tempo na linguagem” (AZEREDO, 2018, p. 206). Em outras palavras, o autor atribui ao advérbio a significação de tempo e espaço e, em seguida, aponta a classe como a mais heterogênea entre as dez apontadas por Camara Jr. (2019)[1970].

Como foi frequentemente observado nos conceitos analisados na presente pesquisa, os autores tendem a trazer um conceito inicial da classe para tecer considerações e constituir sua própria definição. Com Azeredo (2018), na seção de advérbio, não é diferente. O autor aponta que a heterogeneidade da classe foi ignorada em manuais didáticos dos antigos gramáticos e traz um conceito como exemplo: “advérbio é a palavra que modifica o verbo, o adjetivo ou outro advérbio” (AZEREDO, 2018, p. 206). O linguista contraria tal afirmativa na medida em que traz exemplos de orações nas quais os advérbios excedem as limitações da definição tradicional.

As críticas de Azeredo (2018), contudo, não estão voltadas à consideração do advérbio enquanto modificador de outro elemento, mas, sim, por não ser considerado o que vai além dessa função, como o sentimento do enunciador. Essa perspectiva adentra no critério discursivo, bem como na relação do advérbio com aspectos extralinguísticos. Como modificador, a visão da classe se centra no ponto de vista semântico.

O linguista, mais adiante, afirma que o advérbio é uma palavra invariável, daí o critério morfológico, mas tal informação não o distingue da preposição, da conjunção e da interjeição, o que aponta uma necessidade de defini-lo a partir de traços particulares. Azeredo (2018, p. 207) pontua que “[...] o advérbio não detém traços gramaticais exclusivos”. O autor, então, parte para a análise das subclassificações do advérbio.

Na *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro* (2012), Marcos Bagno organiza o capítulo *Sempre cabe mais um - Os advérbios*, o qual o linguista inicia pelo impasse existente entre considerar o advérbio como uma classe ou como uma função que diversas palavras de outras classes poderiam assumir. O autor também analisa o tratamento de estudiosos da língua acerca da classe e aponta algumas contradições. Para tanto, Bagno (2012) afirma que “Classificar um advérbio é quase como agir por eliminação: se determinada palavra não se enquadra na classe dos verbos, dos nomes, dos índices de pessoa, dos mostrativos, dos quantificadores, das preposições e das conjunções... então é um advérbio” (BAGNO, 2012, p. 832).

A afirmação trazida é, pois, uma crítica do linguista ao processo tradicional de classificação de advérbios. Portanto, o autor concorda com Perini (2010) ao considerar que a classe dos advérbios sofre muitas generalizações. Nesse sentido, Bagno (2012) estabelece três classes semânticas para dividir a grande classe dos advérbios: predicativos, de verificação e dêiticos.

O linguista defende que a definição tradicional de advérbio, ao tratá-lo como palavra modificadora de um verbo, um adjetivo ou outro advérbio, é insuficiente para abranger a complexidade das funções exercidas pelo advérbio. Por isso, Bagno (2012) constrói a subclassificação apresentada no parágrafo anterior e defende que o melhor caminho para contemplação é definir cada uma das classes semânticas do advérbio separadamente. Para o fim da presente análise, não consideramos oportuno observar a conceituação fragmentada da classe.

Diante da complexidade das discussões estabelecidas sobre o advérbio pelos autores das GBCs analisadas, o Quadro 4, a seguir, sintetiza os resultados obtidos.

Quadro 4 - Critérios utilizados na conceituação inicial de advérbio

GRAMÁTICAS	CRITÉRIOS UTILIZADOS
A Gramática do Português Revelada em Textos, de Neves (2018)	Critério Morfológico
Gramática Houaiss da Língua Portuguesa, de Azeredo (2018)	Critérios Morfológico e Sintático
Gramática Pedagógica do Português Brasileiro, de Bagno (2012)	xxx

Fonte: o Autor (2023).

Em síntese, a classe do advérbio mostrou-se ser a mais complexa para conceituação pelos autores das gramáticas analisadas. Neves (2018) define a classe inicialmente por meio do critério morfológico, mas deixa evidente que, em seguida, será apresentado o conceito do ponto de vista sintático, enquanto Azeredo (2018) buscou conciliar ambos os critérios na sua definição. Por outro lado, Bagno (2012) opta por não definir advérbio de forma geral, mas a partir de subclasses semânticas, pois os aspectos formais, para o autor, não distinguem o advérbio de outras classes de palavras. Por fim, partimos para as discussões finais sobre a investigação realizada na presente monografia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente pesquisa, foram delimitadas as gramáticas brasileiras contemporâneas como campo de investigação, no qual foram coletados os objetos de análise. As obras selecionadas como amostragem de GBC foram as de Neves (2018), Azeredo (2018) e Bagno (2012). Ademais, o *corpus* foram as conceituações iniciais das classes de palavra do verbo, substantivo, adjetivo e advérbio, visto que são as principais responsáveis por abarcar a frequente expansão da Língua Portuguesa. Por fim, averiguou-se quais critérios foram utilizados pelos autores em suas conceituações iniciais, bem como foram analisados os percursos até a definição.

Após a análise das apresentações iniciais dos conceitos das classes de palavra lexicais, observou-se que o verbo é definido predominantemente pelo viés semântico, em Azeredo (2018) e Bagno (2012), mas também há uma conceituação pelo critério sintático, em Neves (2012). Ademais, os conceitos da classe do substantivo foram concordantes, pois todos foram fundados por meio do critério semântico. Os conceitos da classe do adjetivo são predominantemente semânticos, porém Bagno (2012) define a classe como essencialmente sintática, devido a sua função na sentença. Nesse sentido, as definições da classe partiram, majoritariamente, do substantivo para sua elaboração. Por fim, as conceituações iniciais de advérbio mostraram-se mais divergentes que as classes anteriores, pois Neves (2018) utiliza exclusivamente o critério morfológico, e Azeredo (2018) aponta uma característica morfológica e finaliza seu conceito com o critério sintático, enquanto Bagno (2018) tece suas críticas às definições tradicionais, mas não apresenta seu conceito da classe do advérbio.

Entre os critérios de classificação das palavras na língua portuguesa trazidos no aporte teórico da presente pesquisa, as conceituações iniciais das classes de palavra lexicais foram elaboradas a partir de três dos critérios citados: morfológico, sintático e semântico. Esse resultado contempla inteiramente a pergunta-problema que fomentou a realização da presente monografia. Além disso, a hipótese admitida foi refutada, pois as conceituações iniciais das classes lexicais em GBC priorizam critérios tradicionalmente estabelecidos, conforme aponta Camara Jr. (2019)[1970]. A análise da apresentação dos capítulos mostrou que o critério discursivo foi utilizado para tecer diversas considerações acerca das classes, mas não para defini-las, o que indica uma possível característica do critério.

O estudo realizado na presente monografia inovou não somente por analisar as abordagens conceituais presentes em gramáticas que propõem paradigmas novos de descrição linguística, como também por considerar critérios linguísticos e discursivos na análise

realizada. A pesquisa não se propôs a analisar diacronicamente os critérios de palavras utilizados para definir classes de palavra lexicais, mas centrou-se em analisá-los em documentos norteadores dos estudos linguísticos, nos quais os autores expõem suas diversas constatações teóricas acerca língua portuguesa. A pesquisa em GBC é um campo de investigação recente e com múltiplas possibilidades de aprofundamento; por isso, a presente pesquisa delimitou-se aos conceitos iniciais e a classes de palavra exclusivamente lexicais.

A pesquisa realizada, portanto, serve como prenúncio para diversas possibilidades de estudos futuros, principalmente para aqueles realizados sob o mesmo campo de investigação. O critério discursivo faz-se presente nas GBC para além dos conceitos, o que necessita ser investigado por pesquisas posteriores. Por fim, a classificação de palavras sob uma abordagem discursiva pode ser objeto de análise, inclusive, pela Linguística Aplicada, a partir de materiais didáticos que propõem um novo paradigma de ensino da língua.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Território das palavras: estudo do léxico em sala de aula.** São Paulo: Parábola, 2012.

ARBOIT, Aline Elis; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Conhecimento e linguagem na organização do conhecimento: aspectos dialógicos a partir da concepção de Bakhtin. *In: Encontro Nacional de Pesquisa em Informação*, 14., de 29 de outubro a 1 de novembro, Florianópolis, 2013. Anais... Florianópolis, SC: ENANCIB, 2013.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa.** 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova gramática do português brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2010.

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização.** Tradução: Eni P. Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

AUROUX, Sylvain. **Filosofia da Linguagem.** São Paulo: Parábola, 2009.

AZEREDO, José Carlos de Azeredo. **Gramática Houaiss da língua portuguesa.** 4. ed. São Paulo: Publifolha: Instituto Houaiss, 2018.

BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro.** São Paulo: Parábola, 2012.

BASILIO, Margarida. A morfologia no Brasil: indicações e questões. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, [S. l.], v. 15, n. 3, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/40308>. Acesso em: 9 nov. 2022.

BASILIO, Margarida. **Teoria lexical.** São Paulo: Ática, 2000.

BASILIO, Margarida. **Formação e classes de palavras no português do Brasil.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

BETONI, Simone. (2008). Uma tentativa de compreensão de dificuldades sintáticas através de limitações da gramática tradicional. *Revista Da Graduação*, v. 1, n. 2. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/iberoamericana/management/settings/N%C3%83%C6%92O%20https://www.scimagojr.com/index.php/graduacao/article/view/4142>. Acesso em: 15 jan. 2022.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani (org.). **Pesquisa qualitativa: segundo a visão fenomenológica.** São Paulo: Cortez, 2011.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. **Teoria linguística: linguística quantitativa e computacional.** Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

BRASIL. Portaria n. 36, de 28 de janeiro de 1959. Dispõe sobre a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). Rio de Janeiro, 1959. Disponível em: <https://docs.ufpr.br/~borges/publicacoes/notaveis/NGB.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**: edição crítica. Petrópolis: Vozes, 2019.

COSTA, Thaís de Araújo da. **Gramáticas pós NGB**: do discurso oficial a outros discursos (im)possíveis. 2010. 133p. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

CRUZ, Carlos Mauricio da. A análise morfossintática e o estudo dos sintagmas sugestões metodológicas. **Palimpsesto - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ**, [S.l.], v. 13, n. 19, p. 399-413, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/palimpsesto/article/view/34951>. Acesso em: 08 jan. 2023.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

FARACO, Carlos Alberto. Orelha. In: BAKHTIN, Mikhail. **Questões de estilística no ensino da língua**. São Paulo: 34, 2013.

FÁVERO, Leonor Lopes; MOLINA, Márcia Antonia Guedes. **As concepções linguísticas no século XIX**: a gramática no Brasil. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FERRATER-MORA, José. **Dicionário de filosofia**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004. t.1-4.

MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos; LIMA, Gercina Angela Borém de Oliveira. Buscando uma definição para o conceito de “conceito”. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.22, n.2, p.54-87, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/5F7BjgVMJnBFsNHnsMTCMzM/abstract/?lang=pt>. 13 nov. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Carlos Alexandre; ALMEIDA, Maria Lúcia Leitão de. (2008). Das relações entre forma e conteúdo nas estruturas morfológicas do português. **Revista Diadorim**. Disponível em: <https://doi.org/10.35520/diadorim.2008.v4n0a3873>. Acesso em: 15 nov. 2022.

GUIMARÃES, Eduardo. Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni Puccinelli (orgs.). **Língua e cidadania**. São Paulo: Pontes, 1996. p. 127-138.

GUIMARÃES, Eduardo. **História da semântica**: sujeito, sentido e gramática no Brasil. São Paulo: Pontes, 2004.

GUIMARÃES, Silvia Brilhante; MOTA, Márcia Maria Peruzzi Elia da. (2016). Qual a contribuição da consciência morfológica das crianças na precisão de leitura de palavras e compreensão de texto no português?. **Estudos de psicologia**, v. 21. n. 3. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/1678-4669.20160023>. Acesso em: 29 nov. 2022.

LOPES, Natália Sousa; MOURA, Laryssa Nunes. Os diferentes critérios para a classificação de palavras nas gramáticas tradicionais. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 2, n. 2, 43-56, jan./jul. 2012.

MASCARENHAS, Sidnei Augusto. **Metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2018.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela H. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

NASCENTES, Antenor. **Estudos Filológicos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.

NEVES, Herbertt. **Argumentatividade das palavras: construção de aparato textual-interativo para o estudo do léxico e análise em textos do jornalismo recifense sobre as eleições de 2018**. 2020. 259 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática do português revelada em textos**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A vertente grega da gramática tradicional: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Como as palavras de organizam em classes**. Museu da Língua Portuguesa, 2006. Disponível em: <http://museudalinguaportuguesa.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Como-as-palavras-se-organizam-em-classes.pdf>. Acesso em: 07 de nov. de 2022.

NEVES, Maria Helena de Moura; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina (orgs). **Gramáticas contemporâneas do português: com a palavra os autores**. São Paulo: Parábola, 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A análise do discurso: algumas observações. *In: Revista Delta*, v. 2, n. 1, p. 105-126, 1986.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Língua e conhecimento linguístico**. São Paulo: Cortez, 2002.

PEIXOTO FILHO, Fernando Vieira. **Morfossintaxe do português**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2021.

PERINI, Mário Alberto. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática, 1996.

PERINI, Mário Alberto. **Gramática descritiva do português brasileiro**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

PETTER, Margarida. Linguagem, Língua, Linguística. *In: FIORIN, José Luiz (Org). Introdução à linguística: objetos teóricos* 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007. 11-24.

PINILLA, Maria da Aparecida de. Classes de palavras. *In: VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo. Ensino de gramática: descrição e uso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009. 169-183.

SAPIR, Edward. **A Linguagem**: Introdução ao estudo da Fala. Tradução: Joaquim Mattoso Camara Jr. São Paulo: Institucional Nacional do Livro, 1954.

SEARA, Izabel Christine; NUNES, Vanessa Gonzaga; LAZAROTTO-VOLCÃO, Cristiane. **Fonética e fonologia do português brasileiro**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

ROBINS, R. H. **Pequena história da Linguística**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

TESCARI NETO, Aquiles. (2022). A vez da “metalinguagem”: por uma análise sintática “crítica” na educação básica. **Revista Linguística**, v. 17. n. 2, 206-230. Disponível em: <https://doi.org/10.31513/linguistica.2021.v17n2a41699>. Acesso em: 11 jan. 2023.

VAL, Maria da Graça Costa; VIEIRA, Martha Lourenço. **Língua, texto e interação**: caderno do professor. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005.